



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES OSMAR DE AQUINO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

RAYANE AQUINO BORGES

**A HISTÓRIA DE LUTA E A IDENTIDADE CAMPONESA DO
PROJETO DE ASSENTAMENTO SANTA LÚCIA/PB**

**GUARABIRA – PB
2014**

RAYANE AQUINO BORGES

**A HISTÓRIA DE LUTA E A IDENTIDADE CAMPONESA DO
PROJETO DE ASSENTAMENTO SANTA LÚCIA/PB**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Ms. Rita de Cássia Cavalcante

GUARABIRA – PB
2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

B732h Borges, Rayane Aquino

A história de luta e a identidade camponesa do projeto de assentamento Santa Lúcia/PB [manuscrito] : / Rayane Aquino Borges. - 2014.

71 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia)
- Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades,
2014.

"Orientação: Profa. Ms. Rita de Cássia Cavalcante,
Departamento de Educação".

1. História do assentamento. 2. Identidade cultural
camponesa. 3. História oral. I. Título.

21. ed. CDD 305.5633

RAYANE AQUINO BORGES

**A HISTÓRIA DE LUTA E A IDENTIDADE CAMPONESA DO
PROJETO DE ASSENTAMENTO
SANTA LÚCIA/PB**

Monografia apresentada ao Curso de
Licenciatura Plena em Pedagogia da
Universidade Estadual da Paraíba, em
cumprimento à exigência para obtenção
do grau de Licenciada em Pedagogia.

Aprovada em 25/07/2014

Rita de Cássia Cavalcante

Prof.ª Ms Rita de Cássia Cavalcante – UEPB/CH/DE
Orientadora

Marcelo Saturnino da Silva

Prof. Marcelo Saturnino da Silva UEPB/CH/DE
Examinador

Ana Célia Silva Menezes

Prof.ª Ms. Ana Célia Silva Menezes/ UEPB/CH/DE

Examinadora

GUARABIRA – PB
2014

Dedico esta monografia aos meus pais *Renato Borges da Silva e Marluce Aquino Borges* pelo carinho e apoio na ditosa trajetória da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Com esta mensagem quero inicialmente relatar que no decorrer desta construção de saberes foram necessários vários esforços e contribuições, assim quero agradecer a todos/as pelas diferentes formas de apoio.

A *Deus* que nos dias difíceis da minha caminhada, acolheu-me em suas mãos nas dúvidas, nas dificuldades e nos muitos momentos de desespero.

Aos meus pais *Renato Borges da Silva e Marluce Aquino Borges* que por amor me aceitaram e dedicaram a vida me ensinando a viver, assumindo a responsabilidade de orientar-me e guiar meus passos por caminhos dignos, formando-me forte para enfrentar obstáculos da vida que, por muitas vezes, abdicaram dos seus próprios sonhos para que os meus se realizassem.

Ao meu irmão *Renato Borges da Silva Júnior* e demais familiares pelas importantes contribuições.

A minha orientadora *Prof^a. Ms. Rita de Cássia Cavalcante* agradeço-lhes pelas leituras e sugestões que qualificaram este trabalho, bem como pela parceria, compreensão e incentivo no desenvolvimento do mesmo.

A todos/as os/as *professores/as* que com suas orientações deixaram as impressões de suas características mais marcantes: dedicação, carinho, compreensão, comprometimento, responsabilidade, carisma, atualizações, enfim, são muitas as facetas que se completam no exercício desta arte de educar, tão imprescindíveis para o mundo.

As colegas/amigas da turma 2010.2 de Pedagogia, companheiras de muitas horas alegres e difíceis, por tantos desafios, alegrias e algumas decepções ao longo da caminhada. Mas certamente o brilho deste momento não seria tão intenso, sem o espírito fraternal que nos fez lutarmos por este ideal.

Aos assentados/as *Marluce Aquino, Salete Pontes, João Soares, João Celestino*, moradores do PA Santa Lúcia, e a *Socorro Barbosa* que não mediram esforços para colaborarem com a construção deste trabalho.

“O valor das coisas não estão no tempo que elas duram, mas na intensidade com que acontecem. Por isso existem momentos inesquecíveis, coisas inexplicáveis e pessoas incomparáveis.”

(Fernando Pessoa)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo (Re)construir a história de luta do Projeto de Assentamento Santa Lúcia e suas contribuições na formação da identidade camponesa desses sujeitos, situado no município de Araçagi – PB. Esse trabalho evidenciará uma abordagem histórica da luta contra o latifúndio e em favor da reforma agrária, desenvolvido a partir da desapropriação da terra do referido assentamento, ressalta a construção da identidade camponesa desses/as assentados/as em momentos da luta e organização na terra e nos diferentes espaços da produção da agricultura familiar e da formação do sujeito sem terra. A motivação maior desse estudo surge intimamente relacionada às atividades que desenvolvemos no assentamento, o que requisitou de nós, a necessidade de sistematização dessa pesquisa, uma vez que não existia qualquer registro da história do assentamento. Para sua realização do trabalho por tratarmos do registro das memórias da luta, utilizamos do aporte metodológico da abordagem qualitativa em História Oral, estabelecendo uma relação de comprometimento com as experiências de vida dos/as assentados/as, o que nos levou a realizar visitas de campo e entrevistas orais para que pudéssemos construir mais um episódio da história e luta pelo direito do povo à terra, dessa vez a partir da voz dos/as trabalhadores/as desse assentamento. Os resultados obtidos revelam como os/as trabalhadores/as do PA Santa Lúcia resistiram às pressões e repressões do fazendeiro e como se postaram diante dos enfrentamentos e dificuldades, o que de certo uniu e os fortaleceu no preparo para a luta e nos demais momentos requisitados por ela. Assim, tanto nos momentos de pensar os projetos para o assentamento, na estruturação de suas entidades representativas, no escoamento da produção e no viver do cotidiano do assentamento, que a construção contínua de sua identidade camponesa foi se fortalecendo.

PALAVRAS-CHAVE: História do Assentamento. Identidade Cultural Camponesa. História Oral.

ABSTRACT

The present work aims to (Re) constructing the History of Struggle of Settlement Project Santa Lucia and their contributions to the formation of peasant identity of these subjects, in the municipality of Araçagi - PB. This work will show up a historical approach of the struggle against the large estate and on behalf of the land reform, developed from the expropriation of the land of the above-mentioned registration. In addition, it looks peasant emphasizes the construction of the identity of this / them when they were established / as for the aspects of struggle and organization in the land and in the different spaces of the production of the familiar agriculture and of the formation of the subject. The appearance of this study is intimately interconnected the activities and / or discussions that we are developing in the registration, for which it made a request of us, the necessity of systematization and inquiry. For his realization we use like ways metodológicos of the inquiry a qualitative approach, establishing a relation of deepening with the life experiences of / them when they were established / through the choice of the approach of inquiry with oral history what led to us to carry out visits of field and interviews so that we could build one more episode of the history and it fights for the right of the people to land, from the registration in which I reside. The obtained results revealed like the workers / those of the PA Saint Lúcia held the repressions of the struggle and as they fight the current difficulties that appear in his daily life, in the space of the PA, in the continua construction of his identity.

KEYWORDS: History of Settlement. Peasant Cultural Identity. Oral history.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Mapa do Projeto de Assentamento Santa Lúcia - 1997.....	33
Figura 2	Trabalhadores/as na luta juntamente com o Presidente do Sindicato e Pe. Mauro	37
Figura 3	Última rua do PA Santa Lúcia	45

LISTA DE SIGLAS

CEASA	Centrais de Abastecimento
CEBs	Comunidade Eclesiais de Base
CECAP	Caixa Estadual de Casas para o Povo
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EMATER	Emprese de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMPASA	Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas
FHC	Fernando Henrique Cardoso
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional do Serviço Social
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MMT	Movimento de Mulheres Trabalhadoras
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PA	Projeto de Assentamento
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PPP	Projeto Político Pedagógico
UDR	União Democrática Rural

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
I EPISÓDIO: A QUESTÃO AGRÁRIA E SUAS EXPRESSÕES DE LUTA NO BRASIL	17
Cena 1: Frações das lutas no campo e a intensificação da questão agrária	17
PRIMEIRO ATO: A luta de Canudos: uma comunidade que desafiou a ordem vigente	20
SEGUNDO ATO: A Guerra do Contestado	21
TERCEIRO ATO: As Ligas Camponesas	23
QUARTO ATO: A reforma agrária no contexto da ditadura militar	25
QUINTO ATO - A questão agrária no contexto da Nova República	27
II EPISÓDIO: A TERRA COMO UM DIREITO DO POVO DO CAMPO: história de luta do projeto de assentamento Santa Lúcia	31
Cena 2: Geração e nascimento dos assentamentos rurais no Brasil	31
Cena 3: História do PA Santa Lúcia: Momentos de construção e reconstrução da história	33
SEXTO ATO: A trajetória histórica e a formação do PA Santa Lúcia – “a chegada e a vida na terra de trabalho”	34
3.1 O cotidiano na fazenda: momentos de reflexão	38
3.2 A luta pela desapropriação da terra: o medo, as perseguições e os desafios	39
3.3 Comprovação da improdutividade da terra e duração da luta	41
III EPISÓDIO: A VIVÊNCIA E ORGANIZAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO SANTA LÚCIA: estratégias e desafios	43
SÉTIMO ATO: O processo de organização do PA: o agir individual e coletivo	43
Cena 4: Expectativas, sonhos e desejos dos/as assentados/as do PA Santa Lúcia ..	44
4.1 Características da cultura e da produção do PA Santa Lúcia	47
OITAVO ATO: Cooperações agrícolas: O papel da associação e cooperativa no assentamento	47
4.2 Trabalho de produção e comercialização do assentamento	49
4.3 Principais dificuldades vivenciadas no espaço do assentamento	50
LIÇÕES APRENDIDAS COM A PESQUISA.....	54
REFERÊNCIAS.....	56
APÊNDICE	
ANEXO	

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos as ocupações tornaram-se uma das principais formas de ingresso na terra. Essa forma de luta tem se intensificado e fortalecido a identidade de cada trabalhador/a camponês, que dentro de sua comunidade, de forma individual ou coletiva, vivenciou a luta política e a construção significativa de um projeto de vida. Elemento esse, que produziu os processos de espacialização e territorialização da terra, ou como disse Fernandes (1999, p. 242), que é a expressão do resultado de cada conquista na terra, como exemplo pudemos aqui apresentar o projeto de assentamento Santa Lúcia/PB, que vem constituindo a ampliação de mais uma luta assegurada, fruto da resistência e atuação dos movimentos sociais que, na divergência entre latifúndio e assentados, consegue mais uma fração de um território conquistado.

Entretanto, a luta pela terra traz suas marcas na efetiva busca da democratização territorial do nosso país. Esta ação desenvolvida pelos camponeses para entrar na terra e resistir contra o latifúndio, surge com o propósito de reivindicação de direitos, em um árduo processo contra a exploração e expulsão dos trabalhadores rurais que residem no campo. Esse fator, estar associado ao modelo de capitalismo que produz desigualdades por um lado, e por outro estimula o desejo de luta e resistência dos/as trabalhadores/as.

Foi assim que ocorreu em todos os períodos da história, os camponeses buscaram jeitos de conquistar a terra, ora lutando através de movimentos contestadores e resistentes, como as lutas indígenas, as lutas dos quilombolas, as Ligas Camponesas, que como movimentos de resistência histórica, contra a escravização na terra, contra o cambão e o foro, buscaram através da construção coletiva, organizar-se contra a escravidão, contra a expropriação e exploração, expulsão da terra e do trabalho não assalariado. O que resultou na garantia de direitos essenciais, que não só se resumem a produzirem a terra, mas ao fortalecimento da identidade camponesa, ressaltado pela manutenção de aspectos da cultura e de seus modos de viver e sobreviver no campo.

Mesmo com enfoque apoiado na religiosidade cristã, os movimentos messiânicos, associam os fatores do divino e a fé cristã à figura da liderança, o messias, aquele que iria conduzir o povo a salvação e a libertação das opressões e a chegada à terra prometida. Nessa perspectiva, a figura de Antônio Conselheiro, em Canudos, do Beato Jose Maria, em Contestado, do Beato José Lourenço, em Caldeirão, foram exemplos expressos dos movimentos que associavam a terra a um ideal comum, orientado pelas concepções divinas de

como fazer uso dela, assim, organizavam o grupo social de modo que o direito dos trabalhadores adquirirem sua sobrevivência na terra tivesse assentado à resistência e a fé.

Esses movimentos, embora com suas diferenças de métodos, delimitaram suas identidades organizativas e inspiraram os movimentos dos anos 80 e atuais, que assimilaram alguns de seus métodos na luta, bem como se posicionaram contra a concentração de terra no país, transformando na esperança de emancipação e conquista da cidadania dos camponeses, seja na busca de um novo projeto de vida e de reconstrução de suas identidades.

Embora seja importante dizer que durante o regime militar, a criação do Estatuto da Terra, surge com a intenção de promover a tão sonhada Reforma Agrária, na prática serviu apenas como um instrumento desmobilizador e perseguidor de todos os movimentos surgidos nas décadas de 50 a 70, provocando a morte de suas principais lideranças, pode-se ver como exemplo a liderança das Ligas Camponesas, dos seringueiros do Acre, da Guerrilha do Araguaia. Fator que acentuou os conflitos e a violência no campo e promoveu impactos nesse período marcado pelas práticas de censura, perseguições políticas, repreensões aos trabalhador/as do campo.

A abertura política, o final dos anos 1970 e início dos anos 80, favoreceu o surgimento de novos movimentos sociais no campo, com destaque para Comissão Pastoral da Terra – CPT (que por mais que não seja um movimento social, tem atuado nessa frente) e o Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, ambos partem para a ofensiva, buscando a efetivação da reforma agrária pelas ocupações de latifúndios improdutivos, mudando a geografia do campo brasileiro, mobilizando o apoio da sociedade.

Toda essa trajetória de luta dimensionou e potencializou a (re)construção da identidade de muitos/as trabalhadores/as ao longo da história, revelando a esperança da emancipação e conquista da cidadania dos povos camponeses. Também através das suas pautas reivindicativas, tem fortalecido não só a conquista da terra e redimensionado, através de expressões e linguagens, a revelação de seus saberes, o jeito de lutar, enfim, o jeito de educar de homens e mulheres do presente, mesmo sob a condição particular de ser um trabalhador ou trabalhadora sem (a) terra de trabalho (CAVALCANTE, 2002, p. 36).

Fruto dessas reflexões e do desejo de pesquisar sobre a temática da luta pela terra que se origina esse estudo, concebido em dois momentos complementares: primeiro por ser uma filha de assentado do Projeto de Assentamento Santa Lúcia¹, comunidade que resido, e que desde cedo, escuto das lideranças relatos sobre as dificuldades enfrentadas para a conquista da

¹ A partir dessa página quando falarmos de Projeto de Assentamento Santa Lúcia, utilizaremos a sigla PA Santa Lúcia.

terra. Ação que desde a implantação do assentamento teve o apoio do Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo (MMT), sindicato dos trabalhadores de Araçagi/PB, da Igreja Católica, através da CPT, além de ser fruto do empenho dos trabalhadores/as que, com o objetivo de conseguir a posse da terra e de superar os problemas de se viver num assentamento, enfatizam até a presente data, exemplos de como fazer para alcançar a vitória. O segundo aspecto é resultado dos estudos realizados no componente curricular de Educação do Campo, em que fomos aprofundando essa temática e conhecendo algumas referências, que demonstraram em seus textos científicos as diversas formas de conflitos frente ao capitalismo no campo e as resistências dos movimentos sociais populares ao longo deste percurso.

Porém, em função do tempo dedicado ao trabalho de campo, fizemos um recorte da pesquisa que se constituirá a partir de uma análise dos aspectos históricos da luta pela terra e da identidade cultural dos/as assentados/as do Projeto de Assentamento Santa Lúcia, buscando destacar a voz daqueles/as que iniciaram e continuam na luta, após a conquista do assentamento. O intuito maior do trabalho foi buscar (re)construir a história desse território, na sua trajetória de luta, na organização do assentamento, no estabelecimento das suas conquistas de geração e ocupação de renda, especialmente para mostrar que um novo modelo de se viver na terra, pode ser feito a partir de um assentamento, pensando em toda sua complexidade como espaço/tempo não só da produção agrícola, mas como território da existência humana.

Buscaremos (re)construir a história de luta desse assentamento e suas contribuições na formação da identidade desses sujeitos. Entendendo que a identidade representa o resultado das experiências e significados que os camponeses foram firmando no árduo processo de sua humanização e de suas vidas nesse território.

Nesse movimento de pesquisas e estudo sobre a luta pela terra no Brasil e, particularmente, a dos assentados do PA Santa Lúcia, despertou alguns questionamentos: Como se organizou a história da luta pela terra do Projeto de Assentamento Santa Lúcia? Quais os elementos dessa luta que influenciam na construção da identidade cultural desse povo, cuja origem está num projeto de Reforma Agrária? Como esses sujeitos foram se organizando e se formando no assentamento? Quais os aspectos que contribuem para a construção da identidade camponesa? Que perspectivas e dificuldades enfrentam na terra?

Com a finalidade de esclarecer tais questionamentos, são apresentados como caminhos a serem percorridos neste trabalho de pesquisa os seguintes objetivos: Como objetivo geral: (Re)construir a história de luta do Projeto de Assentamento Santa Lúcia e suas contribuições na formação da identidade camponesa desses sujeitos. E como objetivos específicos: Relatar a

história de luta pela terra do Projeto de Assentamento Santa Lúcia; Identificar aspectos da identidade camponesa do Projeto de Assentamento Santa Lúcia; Refletir sobre os elementos que compõe a identidade e a formação do sujeito camponês.

Na organização dos caminhos teórico-metodológicos desta pesquisa foram realizadas análises que correspondem à temática em estudo, destacando elementos sobre a trajetória histórica da luta pela terra e dos Movimentos Sociais do Campo. Fator que proporcionou a compreensão de que os/as trabalhadores/as incansavelmente, durante a sua caminhada, não construam apenas perspectivas do direito a terra, mas fortaleceram a construção de uma identidade representada na luta e na resistência de suas organizações coletivas e nos momentos de politização e de reivindicações de como trabalhar e produzir a terra.

Decorrente desses estudos, o fato de viver a realidade desses mesmos assentados/as, proporcionou o desafio e fez optar por um método que se aproximasse mais dessa realidade. Nesse sentido, escolher a História Oral objetivou avançar na clareza teórica e na prática de vida dos/as assentados/as, recuperando através do diálogo as formas de concepção do passado, presentes na memória de homens e mulheres que viveram a história. Ou como disse Alberti (2004, p. 79): “o que está em jogo nesta metodologia é a transformação das lembranças, episódios, períodos da vida, experiências, enfim, em linguagem”.

Eis a razão de refletirmos sobre a luta dos assentados do PA Santa Lúcia e valorizarmos as identidades desses sujeitos contidas em seu trabalho, na sua cultura e crenças, nos seus costumes, no seu modo de produzir, em um processo contínuo de ressignificação do campo em seus diferentes aspectos da formação humana.

A opção metodológica pela história oral ajudou-nos a percorrer um caminho, não só nos permitindo recolher depoimentos orais, mas também auxiliando-nos na interpretação, análise e construção da sistematização do trabalho de pesquisa.

Por ser uma metodologia de pesquisa de cunho qualitativo, que valoriza a voz dos sujeitos e daqueles/as que estão excluídos das práticas letradas, buscamos com essa metodologia extrair a importância da experiência dos/as assentados/as e do conjunto de ensinamentos que ela carrega. E à medida que íamos vivenciando a pesquisa e aplicando essa metodologia, víamos com precisão como essa metodologia era importante para entender a história do ponto de vista dos excluídos, logo a história dos sem-terra, do PA Santa Lúcia.

Denotando que a história oral, por se fundamentar na fala e não na escrita possibilita que os indivíduos confiem mais em si mesmos, nas suas memórias e nos seus dizeres, tornando possível a veracidade dos fatos sociais contidos na memória coletiva, ou como disse Alberti (2004, p. 33): “As formas de concepção do passado são também formas de ação.

Conceber o passado não é apenas selá-lo sob determinado significado, construir para ele uma interação; conceber o passado é também negociar e disputar significados e desencadear ações”.

Sendo um aporte metodológico importante para a socialização de informações acerca dos conhecimentos sociais dos/as assentados/as, em relação as suas histórias e vivências no conflito pela terra, visando, portanto, superar as falhas de informações ausentes na história sobre a luta pela terra, sob a ótica dos/as trabalhadores/as.

Dimensão que tanto valoriza o marco histórico desses sujeitos, como proporciona ao pesquisador/a uma aprendizagem contínua de estarem interligados/as as experiências dos mesmos, exigindo sensibilidade, respeito e ética frente às informações socializadas.

Para a sistematização dos depoimentos optamos pela modalidade da história oral temática, que serão tratados a partir do tema que mais recorrente e mais determinante na fala do entrevistado, o qual se tornará o tema gerador da análise. Ou como ressalta Silva (2012, p. 13): “A história oral temática busca analisar uma determinada situação por meio de questionário orientado com temas específicos, procurando a verdade pela narrativa de quem presenciou um acontecimento, ou dele tenha alguma versão”.

E para execução dessa metodologia e buscar alcançar os objetivos propostos, tornou-se necessário percorrer os espaços geográficos do PA Santa Lúcia, com um olhar diferente. Agora não mais como filha de assentados, nem como militante da juventude, mas com uma visão de pesquisadora, com a finalidade de estabelecer contato com aqueles/as assentados/as que vêm contribuindo para organização do assentamento e buscando a partir de observações e entrevistas compreender essas questões, no cotidiano.

Mas como não poderíamos abarcar as 100 famílias cadastradas e assentadas do PA Santa Lúcia, definimos uma amostra de pesquisa pequena, mas significativa, selecionando 05 entrevistados, sendo 03 mulheres e 02 homens, militantes e lideranças, cujo principal critério era priorizar aqueles/as que vivenciaram e vivenciam esse processo de luta para a conquista e desapropriação da terra, especialmente aos/as que revelar-nos-iam a história de formação deste PA. Definir essa amostra foi uma opção de pesquisa, para destacar a voz dos que mais se envolveram ativamente na luta desde o início, não significando que outros sujeitos não tenham sua contribuição com a atual organização do assentamento.

Para a escrita dos capítulos e sistemática da pesquisa optamos pela a denominação de episódios, atos e cenas, uma vez que o texto produzido apresenta um diálogo entre pesquisador e entrevistados (assentados), os quais relatam toda a história a partir do diversos momentos vivenciados nesse processo de luta. Retratado nos episódios, atos e cenas, em que

o leitor saberá como se desenvolveu o estudo de determinados conhecimentos decorrentes do passado e mergulhará na leitura de cada narrativa vendo como se deu a luta desse assentamento contada por cada sujeito participante.

Ao longo da elaboração deste trabalho foi adotada a seguinte estrutura: no primeiro episódio apresentamos o contexto da “Reforma agrária e suas expressões de luta no Brasil”, procurando resgatar os marcos históricos que nortearam a questão agrária em seus diversos momentos de compreensão e/ou configurações. Aproveitamos também para fazer um recorte da atuação dos principais movimentos/lutas que ocorreram no Brasil, a exemplo de Canudos, Contestado e Ligas camponesas.

O segundo episódio traz como tema norteador: “A terra como um direito do povo do campo: história de luta do Projeto de Assentamento Santa Lúcia”, em que apresentamos os dados contidos nos relatos dessa construção histórica, na voz dos/as assentados/as entrevistados/as. Infelizmente, as falas aqui registradas não podem expressar os sentimentos vistos no semblante de homens e/ou mulheres que enfrentaram e ainda enfrentam dificuldades na luta até os dias atuais, nem tão pouco podemos as expressões de tristeza, dor e alegria cada vez que vivenciaram uma ação seja de expulsão da terra, seja quando a conquistaram.

O terceiro e último episódio apresenta como temática: “A vivência e Organização do Projeto de Assentamento Santa Lúcia: estratégias e desafios na construção da identidade”. Neste episódio mostramos as práticas de organização produtivas e sociais vivenciadas pelos/as assentados/as, expostas através dos aspectos que norteiam o desenvolvimento a formação do indivíduo e suas práticas dentro do espaço/tempo do PA Santa Lúcia, enfatizando os métodos de organização, adotados como alternativas para a viabilização do viver nesta localidade consistindo no modo em que vão construindo suas identidades.

I EPISÓDIO

A QUESTÃO AGRÁRIA E SUAS EXPRESSÕES DE LUTA NO BRASIL

Neste episódio concomitantemente são apresentados recortes históricos da questão da terra no Brasil, em um cenário político emoldurado por sérios problemas agrários, cujas raízes vão deixar suas marcas nas lutas de trabalhadores/as do campo, que a exemplo de Canudos, Contestado e Ligas Camponesas, entre outras, se apresenta como referência às lutas atuais.

Cena 1– Frações das Lutas no Campo e a intensificação da questão agrária

As questões agrárias é assunto que ocupa as discussões de antropólogos, economistas, sociólogos e educadores há anos, conforme Stédile (2005), as comprovações de ocupação do continente Americano ocorreram em função das correntes migratórias que vieram da Ásia e Alasca e os estudos antropológicos afirmam que existem vestígios de vida humana no Brasil, há mais de 50 mil anos atrás. Populações que viviam em agrupamentos sociais de famílias, tribos e clãs e que basicamente sobreviviam da agricultura de subsistência, caça e pesca. Não havendo entre eles qualquer sentido de apropriação de bens e da propriedade. Tudo era produzido de posse e uso coletivo, cuja finalidade principal era atender as necessidades do grupo.

Entretanto, esse problema se agrava no período da invasão portuguesa, que conforme Stédile (2005, p. 19):

Os portugueses que aqui chegaram e invadiram nosso território, em 1500, o fizeram financiados pelo nascente capitalismo comercial europeu, e se apoderaram do território por sua supremacia econômica e militar, impondo as leis e vontades políticas da Monarquia portuguesa. No processo de invasão, como a História registra, adotara duas táticas de dominação: cooptação e repressão. E, assim, conseguiram dominar todo o território e submeter os povos que aqui viviam ao seu modo de produção, às suas leis e à sua cultura.

Assumindo assim, o retrato da produção e a apropriação dos bens de tudo que aqui existia. Fez uso da terra, do trabalho e da escravização indígena e negra e, esta última, transformada em mercadoria capitalista.

Entretanto o intenso processo de escravidão provocou o surgimento de iniciativas concretas em relação ao acesso a terra. Deste modo, tantos os índios quanto os negros, sofreram opressões ao desempenharem trabalhos na monocultura da cana-de açúcar, uma vez

que foram obrigados a trabalharem nos engenhos a força ou como um objeto de comercialização. Especialmente esse último fator, mais atribuído ao negro. Como nos afirma Martins (1997, p. 18): “O escravo era no fundo, um animal de serviço e, portanto, um desvalido, mas era ao mesmo tempo um bem, uma mercadoria, imobilização de capital”. Tudo isso com o controle e exercido da metrópole Portuguesa.

Como forma de explorar ainda mais o território brasileiro, utilizou-se do regime de concessão e uso de grandes extensões de terra, destinados às pessoas com posses de explorá-las e produzir mercadorias para ser exportada no mercado europeu.

É nessa perspectiva de exploração que começaram as lutas contra o cativo/escravidão da terra. A expropriação da terra se tornou para este povo do campo uma grande meta a ser alcançada, forjando a necessidade de combater as diferentes formas de violência através da resistência, que se expressavam no grito de trabalhadores/as que clamavam pelo fim da escravização e por todas as formas de opressão na terra de trabalho. Nesse sentido, que Cavalcante (2002, p. 59) observa: “Os escravos lutaram contra o cativo, pela sobrevivência do seu povo, pelo trabalho livre e, principalmente pela condição de ser considerado humano”.

Como mais um empecilho à situação do negro no Brasil, anterior a Lei Áurea, a Lei de Terra - Nº 601, de 1850, impediu o acesso à terra aos escravos e trabalhadores livres e, por outro lado, foi um benefício que favoreceu esse direito àquele que já a possuía terra e poder e que tivesse condições de pagar por ela.

De outro modo, a possibilidade de não mais utilizar o trabalho escravo, com a instalação da Lei Áurea, não significou necessariamente a liberdade ao negro,

Era necessário, portanto, criar um direito de propriedade que fosse, ao mesmo tempo, um obstáculo ao livre acesso a terra por parte da massa da população pobre, inclusive por parte dos ex-escravos, daqueles que viessem a ser libertados da escravidão (MARTINS, 1997, p. 14).

Nota-se, portanto, que na prática há um obstáculo contraditório a realidade dos negros, ao mesmo tempo em que apresentava uma possível abolição da escravidão, do outro, havia um impedimento legal do acesso à terra por parte da população pobre do país. Ou como diz Martins (1997, p. 18): “A Lei de Terras foi um artifício para criar um problema e, ao mesmo tempo, uma solução social em benefício exclusivo dos que tinham e tem terra e poder”. Isso porque no Brasil o acesso à propriedade da terra era impedida para quem fosse pobre, negro, não religioso e que pudesse pagar pela mesma.

Assim com a Lei de Terras proporcionou a confirmação da propriedade privada da terra, sob a lógica da expansão do capitalismo no campo, em que grandes propriedades de terras estavam concentradas nas mãos de quem já possuía poder, contribuindo ainda mais para a concentração de riqueza às elites. Ou como reflete Martins (1997, p. 12) a esse respeito:

A questão agrária curiosamente, foi surgindo, foi ganhando espaço visibilidade, à medida que escasseavam as alternativas de reinclusão dos expulsos da terra. Portanto, entre nós, ela é a face escamoteada da questão do trabalho, que se manifesta na exclusão social.

Mesmo com a aprovação da Lei Áurea, que proibia o tráfico de escravos no Brasil, a exploração do trabalho em terra alheia apresentava grandes contradições na época, pois trabalhadores/as escravos/as e não escravos precisavam procurar serviços para a sua própria sobrevivência. Desta forma,

O direito de propriedade a terra que se implanta no Brasil nesse momento, e em vigência até hoje, tem essencialmente essa finalidade: tornar o trabalho em terra alheia, em terra dos grandes proprietários, o único meio de sobrevivência dos pobres. Trata-se, portanto, num país que tem vastas extensões de terras subutilizadas em mãos de proprietários particulares, de criar um meio artificial de forçar quem não tem terra a servir quem a tem (MARTINS, 1997, p. 116).

Isto implica afirmar que a exclusão do direito a terra, para a população pobre, provoca dificuldades nos possíveis espaços de transformação social, em um constante processo de formação existe a visão de que o direito do trabalhador rural está limitado ao que o fazendeiro impõe.

Este acontecimento derivasse da questão dos/as trabalhadores/as submeterem-se as ordens dos patrões, uma vez que não tinham direitos à terra, na qual eventualmente produziam, e onde muitas vezes deixavam seus ganhos nos armazéns que pertenciam aos próprios donos da terra, além de existirem dívidas que os “acorrentavam” a permanecerem na propriedade.

Esse padrão de exploração sucedeu ao longo da história grandes desigualdades sociais e privações, consequências dos problemas agrários brasileiros. Vejamos, pois, alguns recortes importantes dessa trajetória, na história.

PRIMEIRO ATO – A luta de Canudos: uma comunidade que desafiou a ordem vigente

Por volta do século XIX, nos confins do sertão da Bahia, no nordeste brasileiro e, em meio a um contexto de fome, seca e abandono, destaca-se a Guerra de Canudos. Este conflito iniciou-se em novembro de 1896 e se prorrogou até 05 de outubro de 1897, tendo como integrante deste movimento: católicos, jagunços e sertanejos desempregados e sem terra.

Este período histórico carrega consigo as marcas de um regime coronelista, que conseqüentemente causou desastres na vida de povos que vivenciaram a exploração de seus trabalhos.

Antônio Conselheiro, nascido em Quixeramobim, vila localizada no interior do Ceará, liderava este movimento. Utilizava-se de pregações e profecias, lutava contra a miséria e a fome dos marginalizados e a imposição de cobranças de impostos aos trabalhadores. Apresentava-se com uma bata azul, sandálias de couro e apoiado por um bastão, acreditando ser um enviado de Deus para abolir às desigualdades e opressões do povo pobre.

Com um discurso monárquico, conseguiu reunir ao longo de sua peregrinação um grande número de homens/mulheres que acreditavam em uma mudança de vida.

A fazenda ocupada pelo Conselheiro e seus seguidores, ficou conhecida como Belo Monte. A comunidade passou a se destacar por utilizar de uma organização econômica voltada para a coletividade:

[...] trabalho cooperado, o que foi essencial para a reprodução da comunidade. Todos tinham direito à terra e desenvolviam a produção familiar, garantindo um fundo comum para uma parcela da população, especialmente os velhos e desvalidos, que não tinham como subsistir dignamente (FERNANDES, 1999, p. 19).

Devido à magnitude que o movimento vinha adquirindo, o governo da Bahia sentiu-se ameaçado. Incapazes de controlar a revolta que acontecera em seu estado, solicitou a interferência da República. Cerca de trinta mil pessoas que ocuparam esta localidade foram acusadas de defenderem questões referentes à monarquia, o que provocou o ataque desta localidade por expedições militares, com mais de cinco mil soldados, advindos de todas as partes do Brasil. No entanto, estes ataques foram encarados com resistência, assim nos afirma Cunha *apud* Fernandes (1999, p. 19):

Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história resistiu até o esgotamento completo... caiu no dia 5 de outubro de 1897, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados.

Nesta perspectiva, após a quarta ação de combate contra Canudos, os incansáveis guerreiros foram derrotados e massacrados. A violência, neste conflito, retrata as tentativas, usadas de forma excedente para calar a voz daqueles que lutavam por seus direitos sociais e condições dignas de vida.

SEGUNDO ATO – A Guerra do Contestado

Outro acontecimento histórico marcado por disputas políticas e territoriais, entre os estados do Paraná e Santa Catarina, nos anos de 1912-1916, ficou conhecida como a Guerra de Contestado.

Marcada pelo controle dos coronéis sobre a terra e a vida dos/as camponeses/as, esta região contestada era considerada rica por suas florestas e erva-mate. No entanto, com a chegada da empresa norte-americana Brazil Railway Company e com a possibilidade da construção da ferrovia que ligava São Paulo ao Rio Grande, ocorreu uma grande exploração de terra, bem como expropriação e expulsão de famílias que habitavam a localidade. A esse relato Fernandes (1999, p. 20) diz:

As terras, atravessadas pela ferrovia, foram exploradas, desflorestadas, pela empresa que comercializou as madeiras no Brasil e no exterior. Milhares de famílias que viviam nessas terras foram expropriadas, expulsas brutalmente. Ainda, com o fim da construção da ferrovia, cerca de 8 mil trabalhadores contratados, em outros estados, ficaram desempregados. Sem terra e sem emprego perambularam pelo sertão, ocupando terra, saqueando e muitas vezes se oferecendo como jagunços para conseguirem emprego junto aos coronéis.

A construção desta ferrovia agravou os problemas já existentes naquela localidade. E com a modernização advinda da República para a execução dos novos empreendimentos, a terra que antes era abandonada passou a pertencer à empresa inglesa, com a fase final do trabalho da empresa muitos operários ficam desempregados e sem condições de manter a sobrevivência.

Essa realidade faz com que os sertanejos recordem de lutas, a exemplo de Canudos, e se impulsionem a reagir a esta situação e lutarem pela terra. Nesta perspectiva, ideias de

justiças foram pensadas em movimentos religiosos proporcionados por profetas, beatos e/ou monges que apareceram na época.

Dessa vez conduzida pelo beato José Maria, que além de proporcionar a continuidade da luta de Antônio Conselheiro, segundo Calado *apud* Cavalcante (2002, p. 66), “com o papel não só de manter forte a religiosidade, mas também tornar ainda a força de animação e de luta junto às comunidades rurais”. Esse processo também consiste em ataques a ordem republicana, que através das pregações, reuni diversos seguidores, os quais fundaram a comunidade de Quadrado Santo.

Preocupados, os governos estaduais e federais enviaram militares em uma expedição para combater a comunidade, que ao ter conhecimento da ação do governo fogem para o Paraná.

Porém, um novo confronto, ainda nos anos de 1912, foi travado e as tropas do destacamento militar do Paraná foram derrotadas. Entretanto, o beato José Maria, líder espiritual deste movimento, acabou morrendo. Sendo assim, torna-se necessário reorganiza a comunidade,

[...] novas lideranças foram se formando, e em 1913 o ressurgimento do movimento messiânico se deu pelo comando de Manoel, filho de Euzébio, antigo companheiro de batalha de José Maria, o qual passou a reorganizar os fiéis que o seguiram até Taquaruçu, fundando a “cidade santa” (CAVALCANTE, 2002, p. 66).

Outras tentativas de luta foram travadas de forma sucessiva entre militares e a comunidade do Contestado, e não obtendo êxito contra os camponeses, estes abandonaram suas armas. E quando tudo estava se reorganizando na comunidade, agora sobre liderança de uma filha de lavrador de apenas 15 anos, surge um novo conflito, considerado a guerra final, onde oito mil homens, utilizando aviões, foram enviados com uma pesada artilharia para bombardear os/as camponeses/as.

No final da luta, em 1916, milhares de trabalhadores/as foram brutalmente executados e aqueles/as que não morreram foram aprisionados/as e levados/as a exercerem trabalhos forçados.

Os/as camponeses/as foram encurralados e sem auxílios começaram a perder suas forças de resistência. E conforme informa Martins (1981, p. 62),

Da mesma forma no Contestado, como em Canudos e em diversos outros movimentos messiânicos que ocorreram no Brasil, os camponeses foram destroçados. Foram movimentos populares que acreditaram na construção de uma organização em oposição à república dos coronéis, da terra do latifúndio e da

miséria. Em nome da defesa e da ordem, os latifundiários e o governo utilizaram as forças militares, promovendo guerras políticas. Não era a monarquia que combatiam, mas sim a insurreição dos pobres do campo.

TERCEIRO ATO – As Ligas Camponesas

O cenário histórico dos anos de 1945-1947, o Partido Comunista com muito esforço, destacou-se como única organização mobilizadora dos trabalhadores rurais em todos os Estados brasileiros. Como fruto desse movimento camponês centralizado Morais (2002, p. 12), afirma que nesse período,

Fundaram-se, então, centenas de Ligas Camponesas, que reuniram milhares e milhares de pessoas. Os êxitos alcançados foram de tal importância que nem os elevados índices de analfabetismo do meio rural impediram a eleição de considerável número de representantes comunistas para as assembleias estaduais e municipais, com a grande contribuição da votação camponesa.

Nessa época, as Ligas Camponesas começam a ser organizada, isso porque às mesmas eram vinculadas ao Partido Comunista. Em 1947, com a interdição do Partido Comunista, as Ligas foram fechadas o que resultou em perseguições, assassinatos, enfim, na redução das organizações dos trabalhadores. Como diz Morais (2002, p. 14),

[...] as Ligas ficaram quase apagadas do cenário rural brasileiro. Só umas quantas funcionavam clandestinamente ou extra legalmente, aventurando-se, vez por outra, a realizar atos públicos, quase sempre reprimidos violentamente pela polícia. Essas poucas organizações que resistiram ao clima de repressão reduziam-se, em alguns casos a simples diretorias sem corpo social.

Durante o governo Dutra os trabalhadores do campo foram violentamente reprimidos, fazendeiros e jagunços e sob a tutela do governo. E mesmo na clandestinidade, esse movimento surge com novos significados, estimulando e mobilizando os espaços sociais do Brasil e proporcionando dignidade aos cidadãos camponeses, em especial aos da região Nordeste do país.

A politização das Ligas foi se estabelecendo à medida que “pequenos proprietários, parceiros, posseiros e meeiros, que resistiram à expulsão, à expropriação e a todo o processo de assalariamento da terra” (CAVALCANTE, 2002, p. 75). O que de certa maneira, propiciou a reorganização dos trabalhadores, que na concepção de Medeiros foi, “[...] estimulando a resistência na terra, colocaram o tema da reforma agrária na ordem do dia” (MEDEIROS, 1997, p. 78).

Dando origem a primeira Liga Camponesa, que surge no Engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão, por volta de 1954, inicialmente com objetivo de oferecer assistência social aos arrendatários, posseiros e meeiros da fazenda. No entanto, essa postura era uma forma de camuflar o real objetivo da Liga, que era organizar os/as trabalhadores/as contra a renda da terra em forma de aluguel anual, cobrada pelos proprietários ou dias de serviço de graça. De acordo com Fernandes (1999, p. 22), seus associados, que eram foreiros (pagavam ao fazendeiro renda da terra em forma de aluguel anual), fizeram dessa reivindicação o jeito de lutar pela conquista da terra.

Vários conflitos foram travados com fazendeiros no decorrer da formação de novas Ligas pelo Brasil, o que resultou na morte de muitos trabalhadores camponeses que defendiam o direito de viverem na terra.

Com o fortalecimento das ligas no Brasil, é pensado em um plano de reforma agrária radical. E conforme afirma Silva (2012, p. 19), “[...] as Ligas se expandiram pelo Nordeste, repercutindo na Paraíba em 1957, com a criação da Associação de Trabalhadores e Lavradores Agrícolas de Sapé, conhecida como Liga Camponesa de Sapé”. Tendo como liderança e fundador dessa organização, na Paraíba, João Pedro Teixeira, cuja proposição principal foi a luta pela abolição do monopólio de classe sobre a terra, “que o trabalhador não fosse obrigado a pagar o cambão e tivesse melhores condições de vida” (ELIAS *apud* SILVA, 2012, p. 20).

Alguns líderes das ligas foram pressionados por latifundiários que praticaram contra os mesmos intensivos atos de violências e perseguições, muito dos quais foram torturados e assassinados brutalmente, como foi o caso de João Pedro Teixeira. Após o cenário da morte de João Pedro, Elizabeth Teixeira assumiu a luta iniciada contra as diversas injustiças destinadas ao homem do campo. E mesmo com pouca experiência, a morte de João Pedro mobilizou ainda mais os trabalhadores, que agora tinham o desejo de justiça a morte de sua principal liderança. E a resposta veio com mais de 30 mil associados, a liga de Sapé.

É interessante demarcar que Elizabeth nunca afirmou ao seu esposo, João Pedro, que daria continuidade a sua luta, caso algo lhe acontecera, sempre permaneceu calada quando ele a perguntava, se ele tombasse, se ela continuaria a luta. Entretanto após a morte de João Pedro, ela não só assumiu a luta e todas as perseguições a ele atribuída, ou como disse Godoy *apud* Silva (2012, p. 20): “Elizabeth incorporou a dor dos excluídos [...]. De dona de casa as circunstâncias haviam-na transformado também em figura pública, como presidente da liga de Sapé, em um simbolismo cristalino da transcendência da luta por sobre a morte e o medo”.

Ao assumir ou envolver-se com esta luta, Elizabeth sofreu constantes ameaças da polícia, assim como outras repressões. No entanto, não fugiu da luta até o momento que foi desarticulado o movimento, com o golpe militar em 1964, que cogitou ações autoritárias, perseguições militares, prisões, obrigando-a a se refugiar no estado do Rio Grande do Norte, por 17 anos, sendo forçada a deixar para traz o contato com a maioria dos filhos.

As Ligas, enquanto organização social foi destruída. Porém, as sementes lançadas em terras férteis germinaram. E como relata Stedile (2002, p. 8),

Suas experiências e pregações ficaram adormecidas profundamente, mas, depois de muitos anos, rebrotaram. E, com a redemocratização do Brasil, vinte anos depois, rebrotaram em diversos outros movimentos sociais no campo brasileiro. Entre eles, no MST.

QUARTO ATO – A reforma agrária no contexto da ditadura militar

Com o impulso tecnológico e o crescimento econômico da agricultura, o Brasil foi transformando-se em um paraíso para os latifundiários, intensificando, portanto, a expropriação e expulsão dos camponeses da terra.

Entretanto, o governo militar com a finalidade de apresentar a grande reforma social que o país necessitava criou o Estatuto da Terra, que embora objetivasse “a execução da reforma agrária e o desenvolvimento da agricultura” (SILVA, 2012, p. 21), foi utilizado de forma estratégica para determinados fins militares e repressivos, ou seja, o governo realizava a desapropriação quando ocorriam os conflitos e concomitantemente prendia seus representantes, alegando e/ou acusando-os de serem comunistas.

Nesta perspectiva, entende-se que o Estatuto da Terra não foi criado para resolução dos problemas agrários no Brasil, mas sendo este um instrumento utilizado para questões de caráter político. A esse proposito Fernandes (1999, p. 32) analisa:

No início da ditadura, os militares haviam criado o Estatuto da Terra, com o intuito de resolver isoladamente os conflitos fundiários para desmobilizar os camponeses. O objetivo era evitar que a questão agrária se transformasse num problema nacional. Na pretensão de ter o controle sobre a questão agrária, o governo planejava usar o Estatuto da Terra, conforme a sua concepção de reforma agrária, em que constavam a utilização da tributação e os projetos de colonização, de modo que a desapropriação era uma exceção.

Desta forma, o Estatuto da Terra foi usado como estratégia para esbarrar as questões de terra tendo nos projetos de colonização o jeito de camuflar e diminuir os conflitos sociais.

Na medida em que havia algum conflito o governo fazia a desapropriação e, por outro lado, prendia as lideranças.

Decorrente deste fato, os interesses dos latifundiários foram favorecidos pelos projetos de modernização e, conseqüentemente, da expansão capitalista no campo. Sendo comprometida a estrutura política da época, sendo reproduzidas ações rígidas que tanto refletiam o inverso do que outrora tinha sido planejado, inserir o campo no mundo moderno. Ou como menciona Martins (1997, p. 34),

A ditadura não conseguiu modernizar a cabeça e a realidade social dos grandes proprietários de terra nem acabar com o latifúndio, apesar de ter promovido associações econômicas historicamente significativas entre o capital e a propriedade da terra.

Com o fim da ditadura, quando os militares perceberam o equívoco cometido, buscaram como solução fortalecer os anseios de modernização dos grandes proprietários, favorecendo-os com incentivos fiscais.

Esses fatores contribuíram para uma ausência de reforma agrária e provoca um contingente de mobilizações populares frente às altas taxas de inflação e desemprego e as opressões militares, demonstrando claramente o desgaste do regime militar.

Entretanto, em uma análise feita por Betto (1997) destaca-se que a reforma agrária só se intensificaria se o campo fosse visto como um instrumento central de um projeto maior de sociedade, voltado para a realidade particular dos seus sujeitos.

Mas a visão da terra em todo esse período ganha definições acerca apenas dos interesses dos setores poderosos da economia, fazendo com que os sujeitos agricultores sejam desvalorizados e considerados seres “atrasados”. Contudo, se a reforma agrária é a solução para o campo que ela seja uma questão pensada por todos os brasileiros, como demonstra ainda Betto:

A reforma agrária é a solução para o Brasil. E não depende só da luta dos agricultores. Depende de todos os brasileiros. É uma luta de todo o nosso povo – pessoas, classes sociais, empresas, movimentos populares e sindicais, Igrejas e religiões, funcionários públicos, partidos políticos (BETTO, 1997, p. 222).

Embora as frequentes repressões e violência, frente ao fortalecimento dos grandes proprietários, os/as trabalhadores/as rurais não desistiram da luta, mesmos sujeitos a então política, demonstraram resistência e, apoiados pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs),

encontraram condições para organizarem-se na luta, ora contra as injustiças sociais, ora por seus direitos de cidadania.

Nessa perspectiva para articulação de novos movimentos pela conquista da terra foi criada pela Igreja Católica, no ano de 1975, a CPT, que buscava desenvolver um trabalho pastoral junto às comunidades rurais e periféricas das cidades, que vivenciavam conflitos durante seu processo de organização.

A caminho da democracia os/as trabalhadores/as do campo deram início a novos processos de conquista criando condições para lutarem e conquistarem a terra. A CPT, como importante instrumento na defesa dos trabalhadores/as do campo e contra as políticas e projetos dos militares, teve um papel fundamental na articulação e assistência aos camponeses durante o período do regime militar e até os dias atuais. Subsidiando, inicialmente os posseiros do centro oeste e norte do país e mais tarde intensificando suas bandeiras e pautas em âmbito nacional. Sua atuação norteou-se pela troca de experiências de outros trabalhadores, advindos de outros estados para os encontros que proporcionavam avaliação e reflexão dos desenvolvimentos da luta pela terra e pela reforma agrária.

E de acordo com Morissawa (2001, p. 105), “A CPT permanece sendo espaço central na organização e projeção das lutas pela conquista da terra”. Vários movimentos sociais se organizam a partir de suas orientações, embora seus métodos formas de atuação se diferenciem, exemplo o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST.

QUINTO ATO - A questão agrária no contexto da Nova República

Com o fim da ditadura militar e surgimento da Nova República, o processo de redemocratização do país abre espaço para a rearticulação dos movimentos sociais e para a retomada da questão da reforma agrária, na pauta dos governos civis.

Durante o governo de José Sarney (1985-1990), frente aos numerosos conflitos por terra no Brasil, foi reconhecida a gravidade a qual estava assumindo a questão agrária, sendo necessário a criação de um plano denominado Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

Em 10 de outubro (1985), o Presidente Sarney assinou o Decreto 91.766 aprovando o PNR. Porém a versão aprovada era muito distinta da que havia sido apresentada pela equipe do Incra. Durante a tramitação da proposta, ela foi totalmente desfigurada e tornada impraticável (MORISSAWA, 2001, p. 107).

Por trás desse fracasso estava a oposição dos grandes proprietários de terra que com a formação da União Democrática Rural (UDR), buscavam evitar a concretização da reforma agrária. Em meio a tantos impasses, a Constituição Federal de 1988, surge como um aparato legal que poderia contribuir, frente a tantos obstáculos estabelecidos, com o Estatuto da Terra, que em uma observação realizada por Morissawa (2001, p. 108), o mesmo revela:

Antes, pela lei, qualquer latifúndio podia estar sujeito a desapropriação. Eles criaram e conseguiram aprovar a categoria “latifúndio improdutivo” para burocratizar, questionar e impedir os avanços da reforma agrária. Isso porque o conceito de “improdutivo” é amplo e complexo, dando margem a que os latifundiários recorram e impeçam a desapropriação.

Entretanto, mesmo com um capítulo da Constituição Federal de 1988, dedicado à política agrária e fundiária e a reforma agrária, ao termino do mandato de Sarney, apenas 82.690 famílias haviam sido assentadas, de um proposta de 1,4 milhão de famílias. Portanto, apenas 6% do previsto pelo PNRA. Valendo dizer que esse número de famílias assentadas está mais vinculada ao posicionamento resistente e firme dos movimentos sociais do campo, especialmente com o surgimento do MST, do que da realização de uma política governamental. Que Fernandes *apud* Silva (2012, p. 23) avalia: “esse número é resultado equivalente mais das ocupações de terra realizadas pelos sem-terra do que de ações do governo”.

Entre os anos de 1990 a 1992, o governo de Fernando Collor foi marcado por uma grande rede de corrupção. Este que pretendia modernizar a economia do país, acaba agravando ainda mais a realidade da sociedade brasileira, principalmente em relação a questão agrária, onde a sua política estava voltada para o lema “porrete neles”. Seu curto período na presidência da república foi marcado por grandes repressões aos trabalhadores rurais.

Essas ações e sua política de corrupção foram fundamentais para que Collor fosse retirado do governo, assumindo o seu cargo o vice Itamar Franco. Este, segundo Morissawa (2001, p. 110) “era considerado como político honesto e independente”.

O governo Itamar Franco (1992-1994) aprovou a Lei de nº 8.629, intitulada Lei Agrária que reclassificava as propriedades rurais no Brasil em minifúndio, pequena propriedade, médias propriedades e grandes propriedades. Essa Lei conforme afirma Morissawa (2001, p. 110):

[...] Representou pelo menos a regulamentação da questão posta na Constituição. Com ela não há mais vieses jurídicos que impossibilitem as desapropriações. Inclui, por outro lado, um mecanismo chamado rito sumário, que acelera o processo, exigindo do Poder Judiciário um prazo de 120 dias para decidir se a propriedade é ou não passível de desapropriação.

Porém, como o Estatuto da Terra a Lei Agrária tinha por finalidade controlar aos conflitos de terra e enfraquecer a reforma agrária.

Durante os anos de 1995 a 2002, com o governo de Fernando Henrique Cardoso, no seu plano de governo apresentou grande interesse em resolver a questão agrária no Brasil, uma vez que conhecia as elites do país tendo-as estudadas cuidadosamente em seus estudos, como nos afirma Martins (1997, p. 37),

Seus estudos revelaram quais são os impasses do processo político brasileiro, considerado desde a perspectiva das transformações sociais, políticas e econômicas necessárias à modernização do país com justiça social. Revelaram, também, até onde essas elites podem ir nessa direção; quais são seus limites e incompreensões; qual é, enfim, a relação entre a estrutura da sociedade brasileira e a consciência que os diferentes grupos sociais tem dos bloqueios estruturais que dificultam a superação dos nossos atrasos.

Embora enquanto ministro da Fazenda, no mandato de Itamar Franco, FHC promoveu o Plano Real melhorando a distribuição de renda no país e ampliando o mercado consumidor. Como governo, deu continuidade ao plano por ele criado e no decorrer da sua gestão: “promoveu ajustes econômicos que geraram inadimplência, queda no consumo e demissões em massa de trabalhadores das empresas privadas” (MORISSAWA, 2001, p. 111).

No final de seu primeiro mandato o cenário nacional ficou marcado por numerosos conflitos por terra, em todas as regiões do país como enfatiza SILVA (2012, p. 24), o exemplo dessa natureza podemos identificar com o massacre de Corumbiara no estado de Rondônia, em 1995 e o massacre de Eldorado dos Carajás, no estado do Pará, em 1996.

Porém, mesmo alegando ter realizado a maior reforma agrária no país por ter assentado 264.625 mil famílias, na prática: “o que se observa no Brasil de FHC é a reforma agrária que o governo diz estar fazendo tem sido arrancada pelos próprios sem-terra, através de suas lutas” (MORISSAWA, 2001, p. 112).

Contudo, o governo realizava desapropriações de terras através da pressão dos movimentos e trabalhadores rurais, mas viabilizava mecanismos através da implantação de alguns programas voltados aos interesses da classe latifundiária, desmobilizando os movimentos reivindicatórios.

No governo de Luiz Inácio Lula da Silva - 2003 a 2010, em seu primeiro mandato, foi lançado o II Plano nacional de Reforma Agrária, tendo como finalidade principal: “incluir uma significativa parcela da pirâmide social na economia agrária, regida por um novo marco de regulação dos mercados agrícolas, de sorte a garantir crescimento da rede, do emprego e da

produção desse setor” (BRASIL, 2003, p. 18). Esse seria o maior plano de reforma agrária no país, onde se pretendia assentar 400.00 novas famílias no período de 2003-2006, porém esse número não foi atingido.

Durante todo o governo de Lula foram priorizadas ações importantes de regularização fundiárias e assentamentos de famílias que foram beneficiadas com serviços de assistências técnicas e extensões rurais. Além disso,

O Plano Nacional de Reforma Agrária abraça o desafio de enfrentar o padrão secular de subordinação e negação das mulheres rurais enquanto sujeitos políticos e econômicos do mundo rural, assumindo que cabe ao Estado a implementação de políticas dirigidas à superação dessa situação de desigualdade social (BRASIL, 2003, p. 26).

Diante dessas propostas são despertadas novas esperanças em relação à resolução da questão agrária, no entanto, não há muitas mudanças nesse cenário, especialmente porque esse governo investiu muito mais na política do agronegócio, como afirma Silva (2012, p. 25): “Lula investiu muito mais na regularização de terras do que na desapropriação para a criação de novos assentamentos”.

E assim, consecutivamente é dado o prosseguimento dessa política no atual governo Dilma Rousseff - 2011 até os dias atuais. Governo esse que pensa na erradicação da pobreza extrema, mas que ainda não colocou o tema da reforma agrária como umas das principais ações para solucionar parte da crise vivida no campo brasileiro.

II EPISÓDIO

A TERRA COMO UM DIREITO DO POVO DO CAMPO: história de luta do projeto de assentamento Santa Lúcia

Esse episódio demonstrará em seu contexto o (re)contar da história da luta pela terra, a partir de um olhar específico para a formação da história de luta dos assentados do PA Santa Lúcia. Demarca também a relação da identidade camponesa construída na base dos valores organizativos da conquista na luta e no viver no Assentamento.

É importante destacar que esse episódio retrata a partir das vozes dos/as sujeitos/as do campo as suas experiências narradas por aqueles/as que compõem a militância e a luta no PA Santa Lúcia, recuperadas através das memórias dos que fortalecem a história de conquista da luta por reforma agrária. Além disso, o foco também recai sobre como foi se desenvolvendo nesse processo de luta a construção da identidade camponesa, relatadas a partir de suas vivências, perspectivas e dificuldades do viver coletivo, mesmo que com isso sejam apresentados jeitos e objetivos diferentes de entender a luta.

Cena 2 - Gestação e nascimento dos assentamentos rurais no Brasil

O cenário da estrutura agrária no Brasil, sobretudo a partir dos anos “80”, com o esgotamento do regime militar, apontam experiências significativas de conquistas de aspectos da reforma agrária conquistada na perspectiva dos trabalhadores/as rurais, mais conhecido

como Projetos de Assentamento. Diversas são as denominações para assentamentos rurais, o qual se deriva tanto de programas governamentais quanto de lutas dos movimentos sociais no campo.

A definição de assentamento estar direcionada a algo coletivo e que vai além dos lotes familiares individuais. Os assentamentos rurais no Brasil foram formados a partir do Plano Nacional de Reforma Agrária de cada governo civil, viabilizada via Ministério de Desenvolvimento Agrário/INCRA, além de ser fruto de políticas agrícolas dos governos estaduais.

Apesar da diferenciação dos programas que levaram a existência dos assentamentos rurais, esses espaços constituem um acúmulo de experiências e conquistas inquestionáveis que se direcionam para além das marchas e contramarchas políticas já relatadas.

A categoria assentados/as faz entender que esses povos possuem marcas históricas de diversas categorias como: sem-terra, assalariados, trabalhadores volantes, meeiros, arrendatários, entre outros. Frente à complexidade das experiências dos/as assentados/as rurais em suas dimensões socioeconômicas, percebe-se que,

[...] a partir do momento da implantação dos projetos (sejam assentamentos ou reassentamentos, ou ainda em alguns casos de colonização), a inserção dos mesmos no agro nacional parece conter características (melhor seria dizer dificuldades) comuns (LEITE, 1997, p. 162).

Mesmo com métodos de atuação e instrumentos diferenciados, utilizados para conquista desses projetos e, em meio à pluralidade e formas de lutas, ou movimentos reivindicatórios consegue-se “para além das marchas e contramarchas políticas, consolidar um acúmulo de experiências e conquistas inquestionáveis” (LEITE, 1997, p.163).

No entanto, a marca que acentua o desenvolvimento e as características de um assentamento, não só se refere à produção, pois esta visão implica no distanciamento de outros elementos que compõe o viver num assentamento, a exemplo dos processos de conflitos, geração de utopias, a organização política, as pautas reivindicativas entre tantas outras questões desse viver. Como aponta Leite (1997, p. 164),

Dado um conjunto de características que marcam a gênese dessas unidades produtivas, tratá-las simplesmente da ótica da categoria ‘empresas rurais/produtores rurais’ ou ainda submetê-las aos padrões de avaliação econômica contidos nos tradicionais ‘manuais’ de avaliação de projetos tende a deturpar as condições em que se dá a produção nesses núcleos e os resultados daí advindos.

Seguindo este raciocínio, compreendemos que o assentamento tanto pode ser considerado como ponto de partida frente à implementação de projetos tecnoprodutivos, como ponto de chegada em relação às possibilidades de mobilidade e integração social rural, a partir do processo de luta pela posse da terra. Os impactos dessas mudanças nos territórios rurais fazem com que se pense no



reconhecimento deste espaço e nos sujeitos que os formam, não mais como seres excluídos, mas como seres políticos.

Cena 3 - História do PA Santa Lúcia: Momentos de construção e reconstrução da história

FIGURA 1: Mapa do Projeto de Assentamento Santa Lúcia/INCRA – 1997

Fonte: Reorganizada por Rayane Aquino, 2014.

O PA Santa Lúcia está localizado na zona rural do município de Araçagi – PB, com área de 1.041 hectares de terra, constituído por 100 famílias assentadas e mais 40 famílias agregadas, perfaz um total de aproximadamente 500 pessoas que residem nesse assentamento. Os/as assentados/as que ocupam com suas famílias este Projeto de assentamento trazem consigo marcas da construção de um processo de luta, de resistência e esperança de trabalhadores/as que tinham por finalidade resistir às opressões do fazendeiro.

Os marcos históricos que levou a desapropriação da terra do PA Santa Lúcia, diferente dos demais, não se originou de uma ocupação de terra, uma vez que os trabalhadores já exerciam atividades agrícolas na terra como “funcionários” do fazendeiro Dr. Walter Maroja. Através da organização dos trabalhadores contra a expulsão da terra e reivindicação de seus direitos é que se iniciou a luta.

Esse assentamento surgiu inicialmente da resistência de vinte e seis trabalhadores/as, que com o apoio do MMT e do Sindicato dos Trabalhadores de Araçagi/PB, da Igreja Católica, através da CPT, utilizou das reivindicações para a realização da ação da ocupação da terra e a transformação de um assentamento rural.

Entretanto, aderir à luta não foi uma decisão simples para estes agricultores/as, pois muitas eram as dificuldades apresentadas ao longo do caminho, as quais exigiriam deles força e coragem para a superação dos obstáculos, especialmente frente às possibilidades de despejos, o medo de violência e sofrimentos e de enfrentar os capangas/jagunços do fazendeiro. Esses fatos históricos serão traduzidos nos pronunciamentos repletos de emoções, coragem, indignação dos/as trabalhadores/as entrevistados/as.

SEXTO ATO: A trajetória histórica e a formação do PA Santa Lúcia – “a chegada e a vida na terra de trabalho”

Antes de ser um Projeto de Assentamento, esta terra recebia o nome de Fazenda Santa Lúcia. Tinha uma pequena organização comunitária, em 1988, e toda sua luta foi conduzida pelo MMT, através da coordenação municipal de Socorro Barbosa e Maria Preta, as quais tiveram os primeiros contatos com representantes desta comunidade. “Esses contatos aconteciam nas reuniões de base na própria comunidade, no Sindicato dos Trabalhadores de Araçagi e nas formações que aconteciam na igreja” (Marluce, Animadora – Assentamento Santa Lúcia).

A senhora Maria Oliveira deu início aos grupos de produção de criação de porcos e costura e a senhora Marluce Aquino Borges, fomentava a produção agrícola de batata doce e motivava a Sindicalização da Mulher Trabalhadora do Campo. Assim esta luta iniciou-se com o propósito de reivindicação dos direitos trabalhistas.

A participação do MMT na luta

Em 1985, um grupo de mulheres se reuniam em várias comunidades para buscarem, em luta, a sindicalização das mulheres no Sindicato Rural dos Trabalhadores de Araçagi. Mas os homens não queriam. Daí foi feita um grande movimento para apoiar um presidente do sindicato que pudesse apoiar a luta das mulheres e foi aí que apoiamos Vicente Barbosa da Silva como presidente. Ele ganhou a eleição dando todo apoio a luta das mulheres dentro do próprio sindicato. Mensalmente tinha uma reunião nas comunidades e na última quarta-feira de cada mês, reunião no sindicato. Nesta reunião se discutia sobre saúde, educação, transporte escolar e trator para cortar as terras dos trabalhadores. E no último domingo de cada mês se reunião os homens e mulheres no sindicato para levar as propostas para serem aprovadas em assembleia. E daí por diante começou a se organizar para preparar a Lei orgânica do Município em 1988, foi quando nos organizamos para tornar o dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, feriado no município de Araçagi. Como não foi apoiado o feriado na Câmara dos vereadores deixaram como ponto facultativo, a luta continuou. Lutamos 10 anos para se tornar feriado esse dia, nesses 10 anos lutamos por área de assentamento. Continuava as lutas nas comunidades e com o apoio do Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo (MMT), o apoio da igreja católica, sindicato, formamos grupos de visitas na comunidade da Fazenda Santa Lúcia, realizamos uma luta contra o fazendeiro desta localidade, porém foram as mulheres que deram o ponta pé inicial na luta e conquista pela terra e direito trabalhista. (Socorro Barbosa/ MMT)

Em meados de 1993, o proprietário da Fazenda, Dr. Walter Maroja, sentindo a força da organização dos trabalhadores/as da localidade, convocou a primeira reunião em caráter oficial com representante do setor de arrecadação do INSS, cuja finalidade era do proprietário

da fazenda assinar a carteira de trabalho de todos os prestadores de serviços. Vamos ouvir a voz de João Soares:

O patrão queria apenas assinar as carteiras

Tudo começou quando quatro trabalhadores foram pedir um aumento de salário ao patrão, o que ganhávamos era pouco e ele disse que não podia dar o aumento. Mas ele queria apenas assinar as carteiras. E falamos doutor queríamos que o senhor assinasse os documentos, mas como ficará a nossa situação se trabalhamos aqui desde pequeno? E propomos um acordo um acordo e ele disse que também não fazia e ainda disse: *aliás não sei se patrão faz acordo com trabalhador*, foi então que nós se negamos a proposta dele. Então ele foi a Guarabira e quando voltou trouxe Socorro Brito para nos convencer a assinar o documento. Nesse dia nos reunimos na igreja e lá foi apresentado que perante a lei ninguém poderia trabalhar de forma clandestina e que tinha que assinar a carteira, foi nessa hora que perguntei como ficaria a nossa situação em relação ao nosso tempo de serviço à anos atrás. Ela respondeu que nesse caso caberia a nós entrarmos num acordo com o patrão mais ele não fazia de jeito nenhum. Segundo ela quando voltava pra casa ele ainda tentou convence-la a voltar em outro momento. (João Soares – Assentamento Santa Lúcia).

O patrão pensou que não tínhamos direitos e mandou que fôssemos atrás deles

Com quinze dias, o patrão contratou um advogado para conversar com agente, todos os moradores foram chamados e com conversas bonitas esse advogado queria saber porque não queríamos assinar os documentos. Pois se o patrão quisesse ele mandaria arrancar a casa de vocês com um trator, falou ele. Ai foi perguntado *quando vamos pedir uma telha para consertar a casa ele diz que a casa é nossa agora ele pode derrubar a casa?* O advogado não falou nada e mais uma vez se notava que ele não queria negociação. Depois disso, esperamos mais quinze dias para outra conversa, pra ver a sua decisão e foi ai que ele disse: *eu não sei nem que existe esse direito de patrão fazer acordo com trabalhador, se existir procurem*. Então encontramos um advogado e tudo começou com quatro pessoas. (João Celestino – Assentamento Santa Lúcia)

Com a negação do proprietário ao atendimento das reivindicações dos direitos adquiridos ao longo de 10, 20 e 30 anos vivendo e plantando na terra, os trabalhadores/as, orientados pela técnica do INSS, Socorro Brito, procuraram o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araçagi, que encampou a luta e mediu o contato com a CPT que passou junto com eles a negociar a terra dessa fazenda.

Não houve muito conflito, mas surgiram grande dificuldades.

Vejamos o que diz Salete:

O processo de luta pela terra começou no final do ano de 1991 para 1992, com ações trabalhistas na justiça. Primeiramente houve uma reunião para regularizar as carteiras profissionais das pessoas que trabalhavam para o Sr. Dr. Walter Maroja, participando desta reunião a fiscal Socorro Brito do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). Após a reunião Socorro convocou o pessoal da CPT juntamente com

representantes do sindicato dos trabalhadores de Araçagi e informou que era pra fazer uma assinatura da carteira e a partir dessa assinatura é que seria contado o tempo de serviço dos trabalhadores, só que muita gente já tinha mais 30, 40 e 50 anos que trabalhava na fazenda. Então entramos com uma ação trabalhista e foi dividido, uma parte entrou com Camilo Roseno e o pessoal da Pastoral da Terra - CPT e outra parte entrou com Dr. Teles, também advogado trabalhista. O grupo ficou um pouco dividido nas ações trabalhistas. Daí partimos para a ação da desapropriação, pedimos a desapropriação, o sindicato fez um ofício que mandamos para a Federação dos Trabalhadores. A CPT acompanhou junto com o Padre Mauro, representante da paróquia São Sebastião – Araçagi/PB na época, nesse processo o sindicato foi quem realmente acampou, bancou as despesas. Depois disso a ação corria na justiça e o pedido de desapropriação. As ações na justiça eram repentinas, sempre tinha ação na justiça, nunca estávamos sossegados/as. O patrão entrava com uma ação e nós entrávamos com outra nos defendendo e assim chegaram-se a totalizar cerca de 38 ações judiciais para serem respondidas. É tanto que saiu o processo da desapropriação da terra e ainda tínhamos ações na justiça com um mandado de prisão. Saiu na justiça a condenação de vinte trabalhadores, isso depois das audiências, ameaça de morte. Dos depoimentos, durante uma noite inteira na delegacia, pois o Fazendeiro alegou que os/as trabalhadores/as tinham queimado umas áreas de pastos nativos, equivalente a 400 hectares de pasto, até hoje ninguém sabe aonde ocorreu esse fato. O intuito dele era pedir a indenização dos trabalhadores desse pasto nativo. Passamos três anos nessa agonia, até que saiu a notícia da desapropriação da terra, no mês de novembro de 1996. (Salette/Coopefruta– Assentamento Santa Lúcia)

Dando continuidade à história D. Marluce Aquino evidência outros fatores fundamentais:

[...] Daí por diante os trabalhadores ficaram como “coelhos de orelhas em pé.” Alguns empregados da fazenda foram pedir também um aumento de salário ao proprietário e este negou as reivindicações apresentadas e desafiou-os dizendo: *se vocês acham que tem direitos então vão procura-lo (...)* pensando ele que os trabalhadores fossem ficar parados. Nesse momento seguindo as orientações da técnica do INSS, os trabalhadores procuraram o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araçagi – PB, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) na época representada pelo advogado Dr. Camilo, o Padre Mauro que atuava como vigário da Paróquia São Sebastião, o Movimento Social de Mulheres Trabalhadoras que através da coordenação municipal de Socorro Barbosa e Maria Preta tiveram os primeiros contatos com representantes da comunidade através da realização de reuniões de base na localidade e passaram a negociar as terras da fazenda. Paralelamente foi elaborado um documento solicitando do poder público a desapropriação da terra, junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Em meio a essas mobilizações foram surgindo algumas organizações, à exemplo do Grupo de Mulheres que desenvolveram atividades voltadas a costura de roupas e criação de porcos. Enquanto catequista participei das reuniões de base junto com a companheira Socorro Brito Barbosa, ela trouxe um representante da CPT chamado Sr. Candido para ensinar os trabalhadores como plantar de forma correta, utilizando o método de curva de nível ensinado por ele. Na oportunidade o Sr. Candido orientou-nos para que fossemos resistentes, pois tínhamos direito de possuir a terra e direitos trabalhistas a serem alcançados. Os sonhos aumentaram e sentíamos a necessidade de começar a nos organizar e assim fizemos, começamos a trabalhar juntos em mutirão. Com a ajuda ou apoio da Caritas, no trabalho de doação de alimentos, pudemos partilhar esses alimentos com as famílias, aprendemos a trabalhar em mutirão, fazendo o plantio de rama de batata doce e colhendo juntos. Em um dos momentos de trabalho com o mutirão chegou ao local uma pessoa da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) com o nome de Jorge Delgado que disse: *se Dr. Walter soubesse que vocês estavam fazendo isso para*

botar ele no pau dava certinho pra vocês. Na época o prefeito da cidade era o Sr. Dr. Monteiro (falecido) e o mesmo era contra a nossa luta. (Marluce Aquino/Catequista– Assentamento Santa Lúcia)

Em troca de Direitos Trabalhistas para os moradores mais antigos da localidade, paralelamente foi elaborado um documento solicitando do poder público, a desapropriação da terra junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

De 1994 a 1996, esse processo de luta teve todo o apoio e o acompanhamento do Sindicato STR de Araçagi e da CPT e demais entidades, tiveram papéis fundamentais no avanço da luta e na definição dos primeiros passos no fortalecimento dessa conquista.

FIGURA 2: Trabalhadores/as da luta juntamente com o presidente do sindicato e Pe. Mauro



Fonte: Reorganizada por Rayane Aquino, 2014.

3.1 O cotidiano na fazenda: momentos de reflexão

As reivindicações dos direitos trabalhistas viabilizavam uma nova frente de luta, diante o contexto da desapropriação da terra. Por trás de cada realidade, do medo, das circunstâncias, os/as trabalhadores/as rurais se mobilizam e organizam-se para reivindicarem a terra improdutiva. E eram nesses mesmos momentos que suas identidades se fortaleciam.

E justamente no dia-a-dia da fazenda que as famílias aprendiam a trabalhar de forma coletiva, dividindo o pouco espaço oferecido para o cultivo de sua sobrevivência e principalmente começam a se organizar na luta contra as opressões, perseguições, violência e a expropriação da terra. Momento que carrega consigo grandes reflexões, na qual os trabalhadores criavam condições básicas para se manterem na corrida por seus sonhos e expressavam os maiores exemplos de solidariedade e união, mesmo diante das diversas formas de pressão:

Não era cada um por si, era um por todos e todos por um.

O dia a dia na fazenda era muito difícil, para os trabalhadores. Primeiro porque trabalhávamos e não recebíamos bem, e segundo porque não tínhamos onde produzir o que queríamos apenas o necessário para comermos e sobreviver com nossas famílias e olhe lá. Podemos aqui lembrar de uma cena que aconteceu depois que nos organizamos e buscamos os nossos direitos na justiça, é que foi marcada uma reunião pelo delegado de Araçagi na época do conflito com todos/as trabalhadores/as, chegando ao conhecimento do sindicato e de Frei Anastácio, essa notícia, eles procuraram o delegado e o alertou que a questão desse movimento era de responsabilidade da justiça. Mesmo assim ele foi e estavam presentes nesse momento o Padre Mauro, Josuel que era o presidente do sindicato, o administrador da fazenda, o vigia e os trabalhadores. No entanto foi comunicado que só os trabalhadores e o delegado poderiam participar da conversa. Ai todos os trabalhadores recusaram a proposta, sendo assim todos foram chamados a participar e a finalidade da reunião era justamente para ordenar aos trabalhadores que colhessem o milho que tinham plantado em uma manga de roça. Foi dado até um prazo para que isso acontecesse. Nesse dia foi perguntado quem era o chefe do movimento e ali foi dito que não existia chefes e que eram um por todos e todos por um. Nesse período fomos até comparados a pintinhos e o mais velho do movimento a uma galinha. (João Soares – Assentamento Santa Lúcia)

Foi a partir de experiências em órgãos pastorais que conheci a luta

Na época eu não morava na fazenda e sim na comunidade de Canafístula no município de Araçagi – PB, mas fazia parte da coordenação da CPT e depois desenvolvi trabalho na Cáritas Diocesana, no setor da Pastoral da caridade e esse trabalho era desenvolvido junto com apoio de acessórias na distribuição de cestas básicas. Para as distribuições destas cestas básicas eram organizados grupos nas comunidades e escolhido um articulador para gerenciar as distribuições, assim todos os que aderiram a luta de desapropriação das terras da Fazenda Santa Lúcia foram beneficiados. Foi a partir das experiências nesses espaços que conheci a história da luta destes trabalhadores/as rurais. (Salette/Coopefruta – Assentamento Santa Lúcia)

Éramos como escravos

Os moradores viviam como escravos, não tinham direito de criar uma cabra, nem muito menos galinha e/ou peru, isso para que não fosse consumido o capim que era do gado. (Marluce Aquino/Catequista – Assentamento Santa Lúcia)

Nosso cotidiano era sofrido

Antes o patrão tinha dado uma manga de roça para os trabalhadores plantarem, nós cultivávamos algodão, milho, batata, macaxeira, feijão. Mesmo assim posso dizer que passamos necessidades, comparado ao que temos agora, quantas vezes procurávamos o que comer e não encontrávamos? E hoje somos ricos. (João Celestino – Assentamento Santa Lúcia)

3.2 A luta pela desapropriação da terra: o medo, as perseguições e os desafios

Os/s trabalhadores/as ao iniciarem esta luta, não buscavam apenas a desapropriação da terra ou uma ação para tirá-la do patrão, mas por condições básicas de sobrevivência. Desta forma, a conquista do PA Santa Lúcia foi apenas o primeiro passo da luta, uma vez que, depois desta conquista da terra outros significados e reivindicações continuavam, agora sendo direcionada à construção de uma escola dentro da comunidade, a reforma das moradias, as reivindicações por saúde entre outras. Nesse momento torna-se necessário que o trabalho esteja direcionado tanto para organização do assentamento em sua área produtiva como social.

Nessa perspectiva, valores como a união, a solidariedade, o trabalho coletivo e cooperativo, seriam elementos fundamentais para fortalecer a luta diária, mas também passos decisivos para construir a vitória. A força desses depoimentos são retratadas pela coragem dos/as trabalhadores/as, veja como isso ocorreu:

Já que estamos na briga, chegamos até aqui. Vamos em frente! Não tem acordo

Com certeza o patrão não gostou. Quando ele soube das ações na justiça ele tentou convencer os trabalhadores, alguns fizeram acordo com ele. O mesmo chegou a propor um acordo até comigo e a Josuel – presidente do sindicato, pedindo que nos esquecêssemos dessa história. Ele tentou usar de vários argumentos para que a desapropriação não acontecesse. O fazendeiro chegou até a conversar com Dom Marcelo, que nesse tempo era coordenador da Diocese. Este que procurou os representantes da luta para saber se queríamos realmente fazer um acordo com o patrão, devido ao fato deste ter ido em sua residência para falar sobre o assunto. Porém, Dom Marcelo foi a minha residência para comunicar o ocorrido e lá foi dito: “já que estamos na briga, chegamos até aqui, vamos em frente! Não tem acordo”. Sendo assim ninguém abriu para o acordo e as ameaças continuaram tanto para os/as trabalhadores, como para com o Padre, o presidente do sindicato, enfim, os envolvidos na luta. Essas repressões eram feitas pelos capangas do patrão, inclusive

há alguns anos atrás um dele “nosso Senhor levou”. (Salette/Coopefruta – Assentamento Santa Lúcia)

Mostramos resistência, não desistimos.

A reação do patrão foi forte, com certeza ele não gostou porque mandou os trabalhadores procurarem seus direitos e ele pensava que fosse uma brincadeira de mau gosto. Depois deu um de inocente e chamou todos para fazer um acordo. Alguns aceitaram com medo e foram morar na cidade de Araçagi e Itapororoca, na hora do “pega pra capar”, outros não aceitaram e foi aí que veio o Padre Luiz Pescarmona e disse: *muito cuidado nessa hora se não o patrão vai mamar na mamadeira e vocês vão ficar chupando o dedo. Coragem que os seus direitos estão garantidos.* Ao saber que os trabalhadores pretendiam se mobilizar, o proprietário Dr. Walter começou a vender partes da terra a pessoas de outros lugares, foi então que os trabalhadores começaram a procurar os seus direitos, lutando para permanecer na terra. Era por volta do ano de 1992 que esta luta se iniciou, a situação na fazenda foi piorando, os pais que compravam o leite para alimentar suas crianças tiveram esse direito cortado. Até uma água que se buscava em uma torneira localizada no bebedor do gado foi proibida de tirar. Serviços para os trabalhadores diaristas foram cortados não existia mais terrenos para se plantar. Quando os trabalhadores enfrentavam fazer uma manga de roça², os proprietários ordenavam aos capangas que colocassem o gado dentro da plantação e estes capangas levavam as cercas de arrame sobre o peitoral dos cavalos. As cercas eram quebradas ou arrastadas pelos animais empurrados por eles. Mesmo assim os trabalhadores mostravam resistência e não desistiam. Vinte e seis. Esse era o número de pessoas que arriscaram suas vidas e sofreram várias perseguições. Nesse conflito/luta pela terra não houve derrame de sangue, nem mortes porque o objetivo dos trabalhadores não era esse, por isso resistiram as provocações. (Marluce Aquino/Catequista – Assentamento Santa Lúcia)

Precisávamos de testemunhas e essas ao aceitar o convite sentem-se forçadas a lutarem

A partir do momento que o patrão nos mandou procurar os nossos direitos, achando ele que não faríamos isso, nós fomos. E depois dessa conversa quando ele volta a fazenda recebe uma notificação e foi marcado prazos para as audiências. A primeira foi de conciliação e na segunda audiência foi exigida a presença de testemunha para comprovarem o que estávamos falando perante a lei, e assim foi feito foram levados como testemunhas Zé Aragão (falecido), Bijoca, Pedro Carlos, Luiz Cobé (falecido) e Severino de Bilau. Quando soube disso o patrão chegou para o capanga da fazenda e disse que botaria pra fora da fazenda as testemunhas e os trabalhadores que entraram na justiça. Sabendo disso as testemunhas se uniram aos quatro trabalhadores e começou a luta pela terra, junto com o outro movimento de reivindicação trabalhista. O sindicato, a CPT e a Igreja católica representada por D. Marcelo, bispo de Guarabira na época, o Pe. Mauro e o Pe. Luiz, foram os órgãos e pessoas que nos ajudaram na luta. Além destes, existiu outra pessoa que mantemos seu nome em sigilo, que foi de maior importância, seu apoio a causa dos trabalhadores. Talvez sem a ajuda desta pessoa, tivesse acontecido mortes nessa luta. (João Celestino – Assentamento Santa Lúcia)

Como se não bastasse esses fatores, essa demora só afetava ainda mais a vida da comunidade, fazendo com que as questões por sobrevivência desafiassem mais ainda a lutar, ficando muito evidente nesse depoimento:

² Manga de roça: área de serviço onde se planta várias culturas.

A situação ficou precária para a sobrevivência

Depois das ações na justiça, o patrão tirou uma manga de roça dos trabalhadores e deu um pedaço de terra precária para cultivarmos. Ele contratou um vigia, ninguém tinha mais direito a nada. Nem se quer de pescar ou caçar na propriedade. A situação ficou precária para a sobrevivência. Quando saíamos e encontrávamos um trabalho em outras propriedades ele colocava terra. Ficamos sem nada. Fomos para a CPT e Pe. Luiz mandou que nos reuníssemos e lutássemos pela terra. Candido também chegou a nós e disse que a terra era nossa, ele perguntou quantos anos tínhamos de trabalho na fazenda e com a resposta ele disse que tínhamos direitos e ainda disse: *quem é contra vocês hoje vai ser até o fim* e hoje tem pessoas que acham que aqui era melhor no tempo do doutor. Ficamos magoados com isso porque depois de tudo que passamos ainda existem pessoas que não valorizam. A partir daí organizamos o grupo. Reunimos todo mundo e só uma parte dos trabalhadores aceitaram. O grupo deveria ser formado com todos os moradores, mas tudo começou com 26 trabalhadores e terminou com 16. Estávamos buscando o direito da terra e todos tinham que andar juntos. Muitas plantações que fizemos foram destruídas por gado, cavalos que os capangas colocavam. Até na calçada da igreja subiam com cavalos e amedrontavam o povo. Passamos um ano na luta na justiça só acompanhados pelo advogado. Depois encontramos outros apoios. Durante todo processo de luta pelos direitos trabalhistas e da desapropriação foram somadas 1.022 reuniões aqui na minha casa. O medo era grande, achávamos que entre nós existia um traidor porque no outro dia o patrão estava a par de tudo que havia sido conversado. Quando acontecia de colocarem o gado dentro das plantações procurávamos o sindicato e o Padre Mauro que chegavam ao local rapidamente. (João Soares – Assentamento Santa Lúcia)

3.3 Comprovação da improdutividade da terra e duração da luta

Sabemos que os conflitos de terras são resultados do choque de méritos entre capital e trabalho, isto é, “de um lado, pela necessidade de subordinação da produção à lei do lucro e, do outro, pelo direito de permanecer na terra, de viver na terra e garantir a sobrevivência da unidade familiar de produção” (MOREIRA, 1997, p. 296).

Nessa perspectiva vale destacar que foi durante o governo de Itamar Franco que novas desapropriações de terras para fins de reforma agrária ganharam lugar de destaque no Estado, justamente quando Marcos Lins assume a presidência do INCRA. Frente a essa informação Moreira afirma que: “entre 1993 e início de 1996, 29 áreas foram desapropriadas beneficiando cerca de 2.000 famílias” (MOREIRA, 1997, p. 318).

Durante esse período, entre as 29 áreas desapropriadas no município de Araçagi, o imóvel denominado Santa Lúcia, ocorria a desapropriação de 1.041,0000 hectares de terras, beneficiando um número de 100 famílias. E para mais informações os/as trabalhadores/as entrevistados relatam as experiências desse momento. Vejamos alguns depoimentos:

A luta ainda continua

Foi feita uma solicitação ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Com o pedido de desapropriação foram enviados fiscais e/ou agentes do INCRA, bem como algum representante ou técnico da instituição para fazer a vistoria da área/terra, através dessa vistoria foram feitas análises para comprovar se a terra era improdutiva ou não, e assim foi declarado que as terras da Fazenda Santa Lúcia eram improdutivas, pois não tinha produção agrícola, havia apenas criação de gado. Mesmo assim era pouca comparada a área de terra contida na mão do patrão chegando a somar cerca de 1.240 hectares. Quando soube que poderia acontecer a desapropriação o fazendeiro fatiou a propriedade em três partes, contudo ficamos com a maior parte totalizando 1.041 hectares de terra. Graças a luta e o sangue do povo. A luta ainda continua. Foi dado um passo, conquistamos uma coisa aqui ali conquistamos outra e estamos vivenciando ainda uma luta. Entretanto esta parte mais crítica durou cerca de três anos e meio. (Salette/Coopefruta – Assentamento Santa Lúcia)

Quem produzia na terra eram os trabalhadores

Para comprovar que a fazenda era improdutiva, foi enviado um representante do INCRA para fazer a vistoria na propriedade e assim foi constatado que a terra era improdutiva, pois quem produzia na terra era os trabalhadores. Essa luta durou três anos. (Marluce/Catequista – Assentamento Santa Lúcia)

Nossa luta não tinha sido em vão

Estavam todos reunidos aqui em minha casa quando chegou a notícia da desapropriação da terra. Alguns moradores tinham visto a notícia pelo JPB e correram para nos falar, a alegria foi muito grande, nossa luta não tinha sido em vão. Depois da desapropriação foi dada 48h para que o patrão retirasse tudo que era dele da localidade. Ele levou tudo o que não estava na proposta do INCRA, os motor da casa de farinha e tudo o que tinha na igreja. A energia que ficou do lado da terra do patrão era clandestina, como não estavam pagando, a conta veio para que pagássemos, foi então que pensamos em mandar cortar a energia que ligava a fazenda, aí para não fazermos isso propomos trocar a energia pela imagem de Santa Luzia que ele tinha levado da igreja, e assim foi feito, nossa Padroeira nos protegeu e continuou conosco. (João Soares – Assentamento Santa Lúcia)

A formiga ganhou do elefante

Assim que a notícia da desapropriação chegou em nossos ouvidos, nem podíamos acreditar. Começamos a perguntar se outras pessoas tinham visto isso também na televisão. E foi confirmado. A formiga ganhou do elefante. A roda grande passou por dentro da pequena. Porque quem imaginária que trabalhadores pobres ganhariam a luta contra um patrão rico? Só Deus realiza isso e a união do povo. Tenho certeza que Nossa Senhora da Luz nos ajudou também, porque sua imagem tinha passado por aqui uma semana antes da nossa vitória. (João Celestino – Assentamento Santa Lúcia)

III EPISÓDIO

A VIVÊNCIA E ORGANIZAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO SANTA LÚCIA: ESTRATÉGIAS E DESAFIOS

Nesse episódio pretendemos apresentar as vivências e organizações do PA Santa Lúcia, destacando as estratégias utilizadas pelos/as trabalhadores/as para formar e superar os desafios encontrados ao longo do árduo processo que envolve a construção de alternativas para a viabilização do viver no assentamento. Sendo a luta, a forma de organização, a educação e o viver no assentamento espaços fundamentais na afirmação da sua identidade, lugar em que as lições são extraídas.

SÉTIMO ATO – O processo de organização do PA: o agir individual e coletivo

Nesse ato, os/as assentados/as expõem através de suas vozes as suas vivências frente ao processo de organização do PA, a importância da terra, o significado de ser um trabalhador do campo agora com terra e principalmente como ocorre à formação do sujeito/a em meio a luta.

O PA Santa Lúcia passa a ser organizado de forma participativa, pelos próprios trabalhadores. Frente a essa afirmativa Silva (2012, p. 46) diz que, “o assentamento é fruto da organização dos sem terra, é resultado de meses ou até anos de luta, onde os/as trabalhadores/as buscam o mesmo objetivo: conquistar a terra e materializar o sonho de sair da condição de excluídos”.

Nessa perspectiva, seguindo as exigências do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) os/as assentamentos/as lançam convites a outras famílias da região para serem beneficiadas com a terra. Como demonstram:

O processo foi participativo

O processo foi participativo, a comunidade sempre participava. E para construção de um Projeto de Assentamento cerca de 100 (cem) famílias deveriam ser nomeadas e/ou assentadas neste espaço, sendo este um requisito do INCRA, após a confirmação da desapropriação. E o número de pessoas que residia na fazenda era insuficiente para um programa de reforma agrária, porque eles tinham uma meta de 1.041 hectares. Não podiam ser divididas para 26 ou 28 famílias que moravam na localidade e aderiram à luta pela terra. Desta forma o INCRA fez com que nos organizássemos e tudo isso só aconteceu em uma reunião muito quente/fervorosa entre os trabalhadores e os apoios com representantes do instituto. Eles chegaram até impor a condição de que ou completávamos as 100 (cem) famílias com pessoas da nossa região ou eles mandariam famílias de outras áreas/região para completar esse número. Foi neste momento que fizemos os convites, foram indicadas várias

peessoas, uns buscaram trazer para habitar na localidade seus irmãos, as famílias de outros lugares e completamos o número de cem famílias. Aqui temos gente que veio de Cipoal, Canafístula, Itapororoca, Araçagi, e outras localidades. Entre os que lutaram lembro-me do Sr. Luiz Cobé, como era conhecido, este que Deus já o chamou, mas que foi uma grande liderança da luta, o mesmo exercia trabalhos no sindicato dos trabalhadores na época. (Salete/Coopefruta – Assentamento Santa Lúcia)

Tudo aconteceu de forma organizada

O processo ocorreu de uma forma organizada com apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araçagi, na pessoa de Josuel Benicio, CPT, Movimento de Mulheres Trabalhadora do município, Padre Mauro e os trabalhadores muito unidos. (Marluce/Catequista – Assentamento Santa Lúcia)

Com o processo de desapropriação da terra, torna-se necessário os primeiros recursos para a construção das casas e, sobretudo, a demarcação da gleba de terra de cada família foi fundamental para se estabelecer os momentos iniciais do PA de assentamento, acompanhado pelo INCRA e suas diretrizes, necessitando de ampliação de seus serviços como forma de implementar o que já existe. Vejamos como os trabalhadores/as vivenciaram esse momento.

Houve um processo de divisão dos lotes

Depois da luta o fiscal do INCRA veio, houve um processo de divisão dos lotes, medição das casas, veio os recursos, a verba para a construção das casas. (João Celestino – Assentamento Santa Lúcia)

Cena 4: Expectativas, sonhos e desejos dos/as assentados/as do PA Santa Lúcia

Ao longo da luta pelo acesso a terra surgem perspectivas de uma vida digna, frente à possibilidade dos/as trabalhadores/as rurais verem na terra a esperança de produzir e garantir a sustentabilidade das suas famílias.

Os/as assentados/as ao refletirem e socializarem suas histórias comparam as dificuldades enfrentadas por eles/as para cultivarem a terra na época do patrão e percebem que a terra, hoje mais que nunca, significa tudo em suas vidas. Deixemos que eles/as nos revelem tais importâncias.

A gente sem terra é como um peixe fora d'água

A terra é minha vida, é tudo. Agente sem-terra é como um peixe fora d'água, eu sei que precisamos de muita coisa, que a terra sozinha não é o suficiente, mas é alguma coisa pelo menos sabemos que temos uma terra. O que você planta vai colher, dependendo da natureza e da ajuda de Deus, se não dar uma coisa dar outra e sem a terra não somos nada. Por exemplo, depois da terra construímos casas, cada um tem o seu sossego, tem onde plantar o que quiser, donos de suas propriedades, na hora que quer vai trabalhar, faz seu horário independente. Então a terra foi à liberdade. (Salette/Coopefruta – Assentamento Santa Lúcia)

Foi da terra que tiramos nossa sobrevivência

Sem a terra não sou ninguém e hoje, como nunca, posso dizer que ela é tudo. Foi da terra que tiramos nossa sobrevivência. Com dinheiro ou sem dinheiro a terra permanecerá como herança para nossos filhos, netos e demais familiares. Posso dizer que já passei por necessidades, chegando ao momento de procurar o que comer e não encontrar, eu hoje posso dizer que com a terra eu sou rico. Ela mim deu tudo o que tenho hoje. É por isso que até hoje fazemos uma festa religiosa todos os anos no dia 12 de julho, como pedido de Pe. Luiz, para mantermos a tradição e agradecermos a Deus por cada conquista da nossa vida. (João Celestino – Assentamento Santa Lúcia)

Nesse cenário, percebe-se que no território do assentamento são promovidas condições de sobrevivências, uma vez que “o assentamento representa um espaço de vida e de reprodução da família” (SILVA, 2012, p. 39).

FIGURA 3: Última rua do PA Santa Lúcia



Fonte: Rayane Aquino, 2014.

Contudo, as lições dessas experiências construídas pelos/as assentados/as mostram o significado e a importância de ser um/a trabalhador/a do campo e criam expectativas, sonhos e desejos para estes que agora possuem terra.

Não somos mais os sem-terra, somos os com terras.

Ser um trabalhador do campo agora com terra significa ter dignidade, prosperidade, riqueza, independência, não mais precisamos de patrão para viver. Não somos mais os sem-terra somos os com terras. Temos a terra para plantar o que queremos, criar, moradia digna, alimentação saudável, sossego e o principal não somos mais escravos de ninguém. (Marluce/Catequista – Assentamento Santa Lúcia)

Se o campo não planta a cidade não janta

Trabalhador do campo é o sustento da nação. Ai da cidade se o campo não plantar. Sempre dizíamos: *se o campo não planta a cidade não janta*. Desta forma que funciona, o trabalhador sem a terra não é nada, hoje a questão do trabalhador rural é mais valorizada com programas do governo, pois antes era muito sofrido não existia os investimentos que temos hoje. (Salette/Coopefruta – Assentamento Santa Lúcia).

Diante de tais narrativas, nota-se que o/a sujeito/a do campo se forma em meio a luta, aprende de forma individual e coletiva, valoriza o que tem e, principalmente, reconhece o valor dentro de si mesmo. Porque quem participa de uma luta e a vence, tem muitas histórias e experiências para contar. Os depoimentos abaixo nos revelaram isso:

Da luta adquire-se uma lição muito grande de vida

A luta não é individual e sim coletiva, por isso em meio a ela aprendemos a ser solidários, compartilhar, a valorizar o ser humano, as conquistas e o que conseguimos, uma vez que se conscientiza que o que tem hoje não veio de graça. Embora existam pessoas que digam que a luta não é nada mais quem participou e tem consciência de luta e vida aprende muito. Da luta adquire-se uma lição muito grande de vida de valorizar tudo o que se tem e de agradecer a Deus por tudo isso. (Salette/Coopefruta – Assentamento Santa Lúcia)

A luta, uma pedagogia para as nossas vidas

[...] Para nós foi uma grande formação, essa luta foi uma lição e uma pedagogia para as nossas vidas. (Marluce/Catequista – Assentamento Santa Lúcia)

4.1 Características da cultura e da produção do PA Santa Lúcia

Ao se estruturar o assentamento deve ser dada continuidade as organizações e a luta para se viver e sobreviver na terra. É neste contexto que os/as assentados/as, com suas próprias dinâmicas, atuam e criam alternativas de sobrevivência, seja de maneira individual, seja de maneira coletiva.

Inicialmente, como já apresentado na voz dos/as trabalhadores/as, o trabalho era coletivo desenvolvido em uma manga de roça, na terra do patrão, mas com a desapropriação das terras, com a criação do assentamento e a divisão destas terras em lotes a produção passa a ser individual, cada um torna-se dono/a de sua própria terra e produzem nela o que desejam. Vejamos:

De tudo produzimos um pouco

As características maiores e que precisamos investir mais em relação a produção são o plantio de macaxeira, batata, feijão, milho, mandioca, jerimum, inhame, fava e agora o que predomina é o abacaxi que muitos se identificaram, cerca de 80% dos moradores plantam o abacaxi, sendo este apresentado como produto que gera maior lucro em termos de comercialização, mais de tudo produzimos um pouco. Quem diria que todos os moradores teriam caju, laranja, coco, jaca, acerola, maracujá, enfim, um sítio por trás de suas casas, logo aqui que antes era um campo de capim e hoje está uma agrovila, todos podem se dizer ricos, mas muitas vezes não valorizam isso. Quem viu antes esse espaço à 18 anos atrás ou melhor a 21 anos somando os 3 anos de luta, sofrimento, perseguições, sabe do que estou falando. Graças a Deus que não houve morte, mas durante esse período ficamos incomunicáveis, ninguém vinha aqui, tínhamos que nos esconder pra dar um recado, éramos até procurados. (Salette/Coopefruta –Assentamento Santa Lúcia)

OITAVO ATO: Cooperações agrícolas: O papel da associação e cooperativa no Assentamento

As formas de cooperações agrícolas existentes no assentamento são utilizadas como instrumentos que auxiliam na subsistência da produção familiar. Ou como diz Concrab apud Silva (2012, p. 49),

A cooperação agrícola é o jeito de juntar ou somar os esforços de cada assentado (agricultor individual ou familiar) para fazer coisas em conjunto: comprar ferramentas, comprar e utilizar máquinas (trilhadeira, trator, ceifadeira, etc.), comprar matrizes animais, produzir uma lavoura em conjunto. Surge assim o agricultor familiar cooperado.

Nesta perspectiva, a cooperação pode ser usada para diversos fins e de diversas formas, seja no trabalho em mutirão, grupos específicos da igreja, associações, cooperativas, etc.

Desta forma, seguindo as exigências do INCRA era necessário que no primeiro momento de organização, após desapropriação da terra, fosse formada uma associação para que o PA Santa Lúcia tivesse sua representação jurídica e, que através dela, fosse adquirido projetos sociais que beneficiassem as famílias assentadas.

Pensando na organização produtiva e comercial do PA foi criada uma Cooperativa, respectivamente no mesmo período que a associação, devido à falta de informação na época, a mesma só veio atuar no final do ano 2010, sendo intitulada de Coopefruta dos Hortifrutigrangeiros de Araçagi, Itaporoca, Lagoa de Dentro e Adjacência LTDA – Coopefruta.

Os depoimentos a seguir refletem sobre como surgem essas cooperativas agrícolas no âmbito do assentamento.

Formas de cooperação presentes no assentamento

Aqui temos associação e a cooperativa. No primeiro momento era necessário termos uma associação porque o INCRA quando realiza um projeto de Assentamento cobram primeiramente uma entidade jurídica, ou seja, uma representação para a localidade, porque tudo que é passado ou decidido é em assembleia e com a participação da comunidade. Sendo assim, a associação tem um papel fundamental nestas horas decisivas, então é preciso que haja participação e coletividade. E a associação tem a diretoria que assim como um carro puxa as ações, ela tem a função de informar sobre o andamento das coisas. Em primeiro momento, a associação foi o instrumento pra chegar até hoje onde estamos, pois tudo era via associação, não saia nada para o individual e sim para a coletividade. Já a Cooperativa vai organizar a questão da produção, que agora é outro passo que estamos dando com a finalidade das pessoas se organizarem e acreditarem. Sei, bem como para tirar o atravessador das nossas produções. Porque sabemos produzir mais na hora da venda nos perdemos, seja no preço, no comprador, confiamos em qualquer pessoa, a exemplo disso temos em nossa própria comunidade pessoas que até hoje não receberam suas vendas tanto de abacaxi como de mandioca e macaxeira. Então é preciso que as pessoas acreditem em um outro processo de organização da produção, principalmente da venda. A Cooperativa foi fundada praticamente com a associação, sendo a associação em 1996 e em 1998 já iniciava uma discussão sobre o cooperativismo, porém por conta das atividades e falta de conhecimento, informações muito pouca, não alavancou ou se deu credibilidade a cooperativa. Mas agora estamos resgatando essa ideia e já faz três anos, final de 2010 para 2011, que começamos a discutir a história da cooperativa e hoje já desenvolvemos trabalhos com o PAA, agora ocorreu um problema, devido a exigência feita pelo governo a CONAB, de umas documentações que não temos. No entanto estamos na luta. (Salette/Coopefruta – Assentamento Santa Lúcia)

Nosso assentamento não é o mesmo de antes

Nós temos associação, esta que foi fundada em agosto de 1996. Temos escrito no livro dos sócios 261 associados, sendo que alguns já faleceram. No início os sócios contribuía com um valor de R\$2,00 para a associação. Hoje com a reformulação do Estatuto esse valor passou para R\$5,00. Já atuaram na associação vários presidentes, cada um deixando suas marcas e contribuições na medida do possível para desenvolver o assentamento. Temos também uma cooperativa que foi fundada há mais de 10 anos atrás, no entanto ela ficou apenas no papel. Agora formamos uma nova diretoria, resgatamos essa entidade que antes recebia o nome de Camasal e a intitulamos de Coopefruta dos Hortefrutigrangeiro de Araçagi, Itapororoca, Lagoa de Dentro e Adjacência LTDA – Coopefruta Assentamento Santa Lúcia, Zona Rural, Araçagi – PB, CEP: 58270-000, CNPJ: 02717.087/0001-48. O Assentamento não é mais o mesmo de antes, já avançamos bastante, ora com o acesso aos projetos Procera, ora com custeio, investimentos estiagem, etc. Através da associação junto com um técnico do Banco do Nordeste conseguiu uma pedra na Centrais Estaduais de Abastecimento (CEASA) do Recife, onde toda semana são levados em dois caminhões abacaxi para a venda direta ao consumidor. A associação conseguiu um projeto para a construção de um galpão na Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas (EMPASA) em João pessoa desde 2012, mas só agora em 2014 com uma nova diretoria foi executada a obra. Estamos esperando a inauguração da mesma, para se dar início a outros trabalhos, como a venda dos produtos agrícolas vindo do assentamento. A cada ano nos organizamos para comemarmos com festa o aniversário do Assentamento no dia 12 de julho. Fazemos uma programação religiosa, realizamos um tríduo, onde comunidades de nosso município e de outros vizinhos, participam um pouco da nossa história, vivenciam a nossa vitória. No dia 12 encerramos nossa programação com a Missa em ação de graças por essa vitória a pedido do Padre Luiz Pescarmona. Temos aqui os grupos específicos: Grupo de Homens Semente da Paz; Grupo de Mulheres Perseverantes na Fé e Grupo de Jovens Unidos em Cristo. Também celebramos a nossa padroeira Santa Luzia com nove noites de novenas no dia 13 de dezembro. (Marluce/Catequista – Assentamento Santa Lúcia)

A existência dessas organizações é muito importante

A associação é de grande importância, ela reúne a comunidade, exerce um trabalho em prol de todos. A cooperativa é um órgão que ajuda os/as trabalhadores/as a comercializar seus produtos sem passar por um atravessador. É algo seguro. (João Celestino – Assentamento Santa Lúcia)

4.2 Trabalho de produção e comercialização do assentamento

A agricultura familiar desenvolvida pelas famílias no assentamento, mesmo apresentando diversidades e variedades, é essencial para o consumo da mesma com venda do seu excedente.

A população do Assentamento é caracterizada por trabalhadores/as rurais que garantem o sustento familiar através da agricultura e pequena criação de bovinos. No entanto, como ressalta Silva (2012, p. 52), além da preocupação das famílias em terem recursos para desenvolver suas produções, existe dentro do assentamento a preocupação com a

comercialização. Muitos assentados/as por não saberem como comercializar seus produtos acabam entregando seus esforços nas mãos de atravessadores. Nessa ótica, embora sabendo que a produção da grande maioria é comercializada individualmente, o assentamento, através de seus representantes, já pensa em possíveis mudanças para essa ação, juntamente em parcerias com programas da CONAB e outras entidades. Como será relatado agora.

A comercialização através da cooperativa, uma parceria com o PAA

A comercialização é individual, ainda não temos uma coletiva. Nos trabalhos desenvolvidos na cooperativa com o PAA, os produtos eram comprados diretamente ao produtor e repassados para as entidades beneficiadas, ou seja, pessoas carente que participavam do programa Bolsa Família, então a gente tinha um cronograma por semana de saber quem estava produzindo, fazendo levantamento da produção de quando tinha, porque assinamos um contrato de mais ou menos seis meses e tínhamos que cumprir com esta quantidade. A gente tem 41 produtores na cooperativa e cada pessoa participava, fazíamos uma programação pra venda. Agora o restante infelizmente é individual, vendem pra feira livre, outros, graças a luta da associação e cooperativa, levam para uma pedra que temos em Recife, lá no CECAPE e também a conquista de um galão, isso ainda em 2010, mas tenho fé em Deus que as pessoas vão abrir os olhos para essas histórias, porque aqui não se acredita muito na questão da coletividade, em dizer vou entregar o meu produto aqui e a outra pessoa vai vender bem, seguindo o preço de mercado, a tabela do governo, os preços de exportação para as fabricas, cada um tem suas tabelas de preços que precisam ser analisadas, estudadas. Por enquanto não temos uma sede. (Salette/Coopefruta – Assentamento Santa Lúcia)

Os trabalhos no assentamento

O trabalho é feito com a composição familiar. Quando há uma necessidade maior se paga alguma diária a outros filhos de assentados/as para avançar os serviços, como por exemplo para o plantio da afiação do abacaxi e a colheita do produto, uma vez que para esta fase necessita-se de uma mão de obra mais qualificada. (Marluce/Catequista – Assentamento Santa Lúcia)

4.3 Principais dificuldades vivenciadas no espaço do assentamento

A conquista do assentamento é apenas uma parte da luta vencida, já que “os sem terra não lutam só pela terra, mas por todas as condições básicas de existência” (SILVA, 2012, p. 35).

Desprovido de atendimento em determinados serviços sócio assistenciais, prestados pelas Políticas Públicas locais, o assentamento, a partir da voz de seus habitantes, apresenta algumas dificuldades, tanto voltadas a falta de esgotamento sanitário, de um trator para auxiliar nas atividades dos/as agricultores/as água tratada, Assistência Social, ampliação do

sistema de Educação, lazer e, sobretudo, a Preservação do Meio Ambiente, em relação ao destino do lixo, quanto para a questão da desvalorização da luta pela terra. Vejamos o que dizem:

O individualismo acaba prejudicando

São muitas as dificuldades. Uma que eu acho maior é a questão dos interesses, essa é a que mais dificulta. Quando você tem um interesse coletivo que atinja a todos, a participação é bem maior, já quando o interesse é individual, que não deveria ser assim pelo contrário é necessário dar continuidade aos coletivos, não deixar se apagar as histórias. Por exemplo, as ações coletivas estão mais pra baixo, esquecidas, as pessoas estão mais visando o lado individual mesmo do que o bem comum. Falta mais conscientização, porque quando tudo começou nos reuníamos e decidíamos tudo na coletividade e partilhávamos, hoje não. Agente decide uma coisa, quando menos se espera já estar feito, não existe mais uma análise do que é bom ou ruim porque a participação está mínima. Então precisa-se trabalhar na questão da conscientização e do individualismo porque isso tá muito grande. (Salette/Coopefruta – Assentamento Santa Lúcia)

A maior dificuldade é a gente ter lutado e essa luta não ser reconhecida

Existem dificuldades mais pra mim a falta de valorização da história e importância da luta se torna a maior delas, pois hoje todos tem seu espaço de criar seus gados, galinhas, tem carro, moto e tudo isso por causa da luta. (João Soares – Assentamento Santa Lúcia)

Como outra dificuldade no espaço do assentamento destaca-se a Educação do Campo, uma vez que não são pensados para o espaço escolar, projetos articulados a questão da reforma agrária, nem tampouco sobre a luta pela terra. Assim como expõe os/as entrevistados/as:

Somos agricultores/as mais não passamos as nossas experiências para os/as alunos/as, mas sim a do livro.

Recebemos as coisas que já vem lá, de cima pra baixo. Eu não sei se estou falando demais, mas eu não vejo aqui nesse assentamento uma coisa mais envolvente, por exemplo, que tivéssemos uma disciplina, ou alguma coisa que pudesse envolver desde a sala de aula, dando uma continuidade a história, para que talvez a luta pela terra ou a questão agrária, luta social e política. Talvez esse trabalho fosse feito, ligado com a questão da terra fosse melhor. Mas vem um livro que a gente não conhece, o pessoal escolhe e temos que seguir aquele conteúdo. Então há algumas injeções, alguma coisa vem. Fazemos projetos disso, projetos daquilo, mas dizer que a Educação do Campo está considerando o campo? Não está não, porque não tem uma aula sobre plantio, sobre uma questão técnica agrícola e isso precisava ter. Nós somos agricultores, a maioria dos professores são agricultores mais não passamos as nossas experiências e sim as do livro. Seguimos o livro, como é que fica? Tem uma

contradição. Agora eu não vou dizer que seguir arrisca não, mais que tivesse uma disciplina que envolvesse questões animais, porque aqui tem. Todo mundo cria vaca, boi. Aqui temos uns meninos, meus alunos que gostam muito de vaquejadas e devia ter uma orientação sobre o significado disso. Eles vivem disso. Depois se reclamam porque os filhos vão embora para o Rio de Janeiro, porque não tem incentivo e a escola não está ligando pra isso não, está ligando pra internet, preocupada com Wifi e outras coisas. Se não tivermos o atrevimento de dizer: *pra semana é o aniversário do assentamento* e perguntarmos se eles conhecem alguém dos participantes dessa luta, eles não vão saber nunca, até os filhos de alguns que participaram da luta não conhecem a história hoje. Nem os pais contam o que aconteceu nem a escola. Seria muito importante rever o PPP da escola e colocar esse tema nele, mas quem nos ajudará a fazer isso? (Salette/Coopefruta – Assentamento Santa Lúcia)

Percebe-se, portanto, que quando se discute que a história da luta está sendo esquecida, recordamos que na própria sala de aula, localizada em uma área de assentamento, não se fala desse fato. Eis o motivo de muitos alunos hoje não conhecerem esse conflito nem quem foi militante nessa luta.

Os/as alunos/as aprendem a fazer confecções com latinhas, trabalhos de artesanato e realmente esses ensinamentos são importantes, mas porque também não inserir as questões que envolvem a terra nessa formação, a exemplo do trabalho com horta, jardins, enfim, com algo que vincule a questão do campo e desperte a valorização desse espaço na formação do indivíduo.

Não podemos desconsiderar que algumas das professoras que moram no PA, que participaram da luta, ainda tocam no assunto, fazem trabalhos de pesquisas para que os/as discentes conheçam a história. No entanto, existem aqueles/as que moram em outras localidades que desconhecem a luta e não se importam. Nessa perspectiva, torna-se necessário que sejam repensadas as possibilidades de inserir essa temática seja na sala de aula, no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, ou como um dos componentes de outros programas que norteiam a aprendizagem, à exemplo do Programa Mais Educação.

Dando continuidade a esse pensamento, vejamos o que pensam os assentados João Soares e João Celestino a essa questão:

Se não tiver alguém para contar essa história como ficara?

Seria bom que as professoras e os pais recontassem essas histórias em casa e na escola para que as crianças fossem conhecendo a luta. Porque mais na frente, se não tiver alguém para contar essa história como ficara? Cada um de nós devemos ter essa responsabilidade. (João Soares – Assentamento Santa Lúcia)

A história sempre se repete, mesmo que de forma diferente.

[...] para se aprender a história, na escola, muitos marcos são contados e essa é uma história que deve ser trabalhada também. A história sempre se repete, mesmo que de forma diferente. (João Celestino – Assentamento Santa Lúcia)

Percebe-se que as transformações ocorrem na história do campo e elas precisam ser conhecidas assim como as demais histórias que o livro didático apresenta para o/a aluno/a. Pois como diz Caldart (2004, p. 21),

A educação do campo, além de se preocupar com o cultivo da identidade cultural camponesa, precisa recuperar os veios da educação dos grandes valores humanos e sociais: emancipação, justiça, igualdade, liberdade, respeito à diversidade, bem como reconstruir nas novas gerações o valor da utopia e do engajamento pessoal a causas coletivas, humanas.

Dentro desse contexto D. Marluce Aquino ressalta que,

Vivemos uma realidade diferente

A Educação do Campo deve ser voltada para o campo. A escola do assentamento, no momento está reformulando o PPP, já pensando em um projeto articulado a questão da reforma agrária, onde estamos discutindo junto a comunidade escolar e duas estudantes da Universidade Federal de Bananeiras, Josefa e Geralda, que também são de áreas de assentamentos. Já temos uma visão de escola do campo diferente dos da zona urbana, isso porque vivenciamos uma realidade diferente. (Marluce/Catequista – Assentamento Santa Lúcia)

Embora sabendo que são diversas as características do povo do campo, tais como sua cultura, crença, lutas, hábitos, vestimentas e semblante, deve-se pensar em uma educação que envolva toda a sua complexidade visando identificar ou socializar essa educação a partir dos sujeitos envolvidos e dos seus trabalhos, bem como das lutas sociais, ou seja, não necessitando haver uma limitação apenas aos conteúdos da escola, mesmo sabendo que esta instituição irá contribuir no processo de humanização desses indivíduos.

LIÇÕES APRENDIDAS COM A PESQUISA

Através desse trabalho de pesquisa, dos relatos emocionantes, repletos de sofrimentos e coragem de homens e mulheres entrevistados, fomos vivenciando as histórias de vida e de luta dos/as assentados/as e ao mesmo tempo aprendendo com essas experiências. Isso foi nos ajudando a reconstruir a história de luta e a identidade camponesa do PA Santa Lúcia.

A história do PA Santa Lúcia é fruto da luta e resistência de trabalhadores/as que desafiaram seus medos na busca incansável de seus direitos trabalhistas e da posse da terra, que apoiados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araçagi/PB, Igreja Católica, CPT, Movimento de Mulheres Trabalhadoras (MMT), e outros, conseguiram alcançar seus objetivos, frente à vitória e conquista da terra.

Foram vários os desafios enfrentados pelos/as trabalhadores/as do PA Santa Lúcia até alcançarem a desapropriação da terra. As perseguições, ameaças, o medo, as ações na justiça, fizeram-se presentes nessa luta. Entretanto, o desejo e a esperança de alcançar uma vida digna falava mais alto dentro de cada um desses/as trabalhadores/as, que diante das dificuldades lembravam sempre da música de Zé Vicente que dizia: “Quem é fraco Deus dá força, quem tem medo sofre mais. Quem se une ao companheiro, vence todo o cativo é feliz e tem a paz”.

Seguiam juntos, superando os obstáculos, ao longo da caminhada, com o sonho de poder adquirir seu pedaço de terra para morar e garantir a sobrevivência de suas famílias.

Diante das ameaças do fazendeiro, das repressões de seus capangas e destruições de suas plantações, os/as trabalhadores encontraram forças para continuarem na luta através das palavras de Pe. Luiz Pescarmona, Pe. Mauro e Dom Marcelo, bem como na ajuda importante de uma pessoa a qual seu nome até hoje é guardado em sigilo pelos/as trabalhadores/as e que sem ela, talvez tivesse ocorrido morte nesse conflito.

Quando anunciada a desapropriação da propriedade pelo INCRA, constituiu-se o momento de uma grande partilha das terras para pessoas de outras localidades vizinhas que não tinham moradias próprias. As organizações e ações coletivas e solidárias foram referências para se conquistar o assentamento, pois os/as trabalhadores/as apressaram os

passos. Todos se deram as mãos, somaram a corrente da luta com união, tendo Deus no centro de tudo, caminharam firmes transformando a nação.

Mas essa conquista foi apenas uma parte da luta, pois novos desafios surgiam e continuam surgindo no cotidiano de cada assentado/a. É por essa razão que constantemente são pensadas novas alternativas de organizações no âmbito do assentamento.

De acordo com os depoimentos sistematizados na pesquisa, percebemos que o assentamento através de suas Cooperativas Agrícolas oferecem alguns recursos para as famílias assentadas produzirem e comercializarem seus produtos. No entanto, vemos que é necessário que a postura individualista seja abandonada. A qual foi adotada após o processo de distribuição dos lotes e que a união e a coletividade possam voltar a existir nesse espaço.

Se durante o conflito os/as trabalhadores/as presenciaram momentos de união, após a formação do assentamento esse desafio deve ser vivenciado novamente, através do agir coletivo, nas participações na associação, cooperativa, grupos específicos da igreja, etc. Apesar das dificuldades ora na aprovação de projetos, ora na valorização da luta, ora na formação do sujeito do campo, existem perspectivas de mudanças.

Nessa dinâmica de dificuldades e perspectivas, os/as assentados/as lutam para permanecerem na terra, vencendo os limites e construindo uma nova identidade, a partir das experiências vividas.

Enfim, mesmo diante de diversas dificuldades a luta e conquista da terra representou e continua representando grandes avanços na vida dos/as trabalhadores/as que antes não tinham terra para plantarem, moradia própria, não podiam criar seus animais, eram explorados e sem perspectivas para o futuro. O projeto de Reforma Agrária, na vida desses/as trabalhadores/as representou uma nossa possibilidade de vida e de trabalho, mais satisfatória do que a realidade vivida na época do patrão. A terra significou uma nova vida para esses/as assentados/as.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Ouvir contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- BETTO, Frei. Sem terra & Cidadania. In: STEDILE, João Pedro (Org.) **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BRASIL. MDA/INCRA. **II Plano Nacional de Reforma Agrária**. Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural. Brasília: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2003. Disponível em: <http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2014.
- CALDART, Roseli Salette. Elementos para construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de. **Contribuições para a construção de projeto de Educação do Campo**. Brasília: Articulação Nacional “Por Uma Educação do Campo”, 2004.
- CAVALCANTE, Rita de Cássia. **Aprendizes da Terra: a voz a resistência do MST na Paraíba**. 2002. Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE, João Pessoa, 2002.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: Formação e territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem terra – MST (1979 - 1999)**. 1999. Tese (Doutorado). UNESP, São Paulo. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd.php>>. Acesso em: 22 maio 2014.
- LEITE, Sérgio. Assentamentos rurais no Brasil: impactos, dimensões e significados. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MARTINS, José de Souza. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Impactos históricos do uso e da propriedade da terra no Brasil. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MORAIS, Clodomir Santos de. História das Ligas Camponesas do Brasil. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **História e natureza das Ligas Camponesas**. São Paulo: Expressão Popular, 2002.
- MOREIRA, Emília. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.

MORISSAWA, Mitsue. **A História da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

SILVA, Cristina Balbino. **A história e as práticas de organização produtiva e social do Assentamento Chico Mendes** – Município de Riachão do Poço/PB. 2012. Monografia (Graduação) - Guarabira: UEPB, 2012.

STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960**. São Paulo: Expressão popular, 2005.

_____. **História e natureza das Ligas Camponesas**. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

APÊNDICE

ROTEIRO DA PESQUISA

Nome: _____ Município: _____

1. Como foi o processo de luta pela terra?
2. Como era o cotidiano na fazenda?
3. Qual foi a reação do patrão ao saber sobre a ação na justiça reclamando seus direitos?
4. Como foi comprovado que a fazenda era improdutiva? Quanto tempo durou a luta?
5. Como ocorreu o processo de organização do Projeto de Assentamento?
6. O que é a terra para você?
7. O que significa ser um trabalhador do campo, agora com terra?
8. Você acha que o sujeito/a pessoa se forma em meio a luta? Por quê?
9. Quais as principais características da cultura cultivada por vocês aqui no assentamento?
10. Vocês tem associação e/ou cooperativa no assentamento? Fale um pouco do trabalho desenvolvido no assentamento.
11. Como é o trabalho da produção no assentamento? Como é comercializado?
12. Quais as maiores dificuldades vividas no assentamento?
13. Como pensa a Educação do Campo? Acha que a escola tem pensado um projeto articulado com a questão da reforma agrária e da luta pela terra?

Antiga casa do fazendeiro, hoje Casa Sede dos Agricultores do Projeto de Assentamento Santa Lúcia



Fonte: Rayane Aquino, 2014.

Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Lúcia



Fonte: Rayane Aquino, 2014.

Características da cultura cultivada no PA. Casa de Farinha



Fonte: Rayane Aquino, 2014.

Entrevista com Marluce/Catequista – Assentamento Santa Lúcia



Fonte: Rayane Aquino, 2014;

18º aniversário do PA Santa Lúcia, 12 de julho de 2014



Fonte: Rayane Aquino, 2014.

Produção no PA



Fonte: Rayane Aquino, 2014.

ANEXO

Procissão dos/as Trabalhadores/as para a igreja.
Dia do aniversário do assentamento, 12 de julho de 1998.



Fonte: Marluce Aquino, 2014.

1998 – Missa de aniversário do PA



Fonte: Marluce Aquino, 2014.

Momentos de agradecimentos na Missa



Fonte: Marluce Aquino, 2014.

Criação de galinhas no assentamento, 1998



Fonte: Marluce Aquino, 2014.

Plantação de feijão. Trabalhador com representantes do INCRA em seu lote



Fonte: Marluce Aquino, 2014.

Antes não se podia ter nenhuma criação nas terras do patrão e hoje todos tem seu próprio espaço.
São livres!



Fonte: Marluce Aquino, 2014.

Projeto Federal de construção de cisternas no PA Santa Lúcia.
100 famílias assentadas foram beneficiadas



Fonte: Marluce Aquino, 2014.

Capela da Comunidade



Fonte: Marluce Aquino, 2014.